

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

47

abr/jun, 2016



**Banco do
Nordeste**

OBRA PUBLICADA PELO

**PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

DIRETORES

Francisco da Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Romildo Carneiro Rolim
Wanger Antonio de Alencar Roch

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
DO NORDESTE – ETENE**

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente

Economista Chefe

Luiz Alberto Esteves

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Luciano J. F. Ximenes

Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas

Leonardo Dias Lima - Gerente Executivo E.E. – *Central de Informações
Econômicas, Sociais e Tecnológicas*

CORPO EDITORIAL**Editor-Chefe**

Francisco José Araújo Bezerra

Editor-Executivo

Luciano Jany Feijão Ximenes

Editor-Científico

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA**Síntese e Expectativas**

Airton Saboya Valente Junior

Produto Interno Bruto

Jacqueline Nogueira Cambota

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Maria de Fátima Vidal

Maria Simone de Castro Pereira Brayner

Produção Industrial

Francisco Diniz Bezerra

Serviços e Comércio

Wellington Santos Damasceno

Turismo

Airton Saboya Valente Junior

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Cenário Internacional

Airton Saboya Valente Júnior

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiária

Francisca Crisia Diniz Alves

Jovem Aprendiz

Lucas Sousa dos Santos

Preparação de Tabulação de Dados

Leonardo Dias Lima

Revisão

Hermano José Pinto

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo
Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3299.3033 Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - Edição Extra (janeiro – dezembro. 2015). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2015 -

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	4
1. Os financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no primeiro semestre de 2016	4
2. ATIVIDADE ECONÔMICA	8
2.1. Produto Interno Bruto (PIB)	8
2.2. Produção Agropecuária	12
2.3. Produção Industrial	15
2.4. Comércio e Serviços	18
3. TURISMO	19
4. MERCADO DE TRABALHO	23
4.1. Taxa de desocupação	23
4.2. Ocupação	24
4.3. Rendimentos	25
4.4. Dados do Caged – MTE	25
Referências	27
5. SETOR EXTERNO	28
5.1. Comércio Exterior	28
6. FINANÇAS PÚBLICAS	30
6.1 Arrecadação de ICMS	30
6.2 Transferências Constitucionais	31
7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	33
ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL – 2015	34
ANEXO B – VALORES ABSOLUTOS	35
ANEXO C – VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)	37

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1. Os financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no primeiro semestre de 2016

Marcos Falcão Gonçalves

Doutorando em Economia Aplicada. Mestre em Economia Rural. Gerente Executivo de Avaliação de Políticas e Programas do BNB/Etene.

Elizabeth Castelo Branco

Doutora em Conservación del Medio Ambiente y Cambio Global. Coordenadora de Estudos e Pesquisas do BNB/Etene.

INTRODUÇÃO

A problemática da desigualdade inter e intrarregional brasileira é perceptível ao longo da histórica econômica nacional, consubstanciada no diferencial de renda e padrão de desenvolvimento econômico das regiões Norte e Nordeste vis a vis o Centro-Sul do Brasil.

Com o objetivo de minimizar tais efeitos e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, a Constituição Federal de 1988 criou o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), atuando na área de jurisdição da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – 1990 municípios.

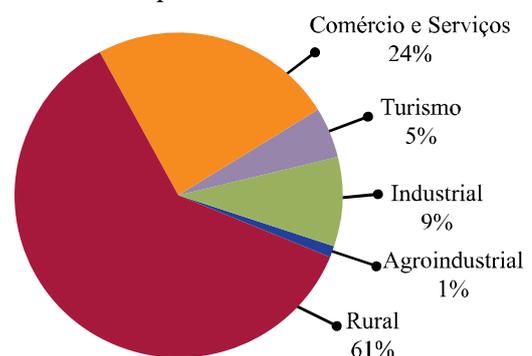
Trata-se de recursos oriundos da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para estimular o setor produtivo regional.

Dessa forma, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até o final de junho de 2016, o montante de R\$ 189 bilhões¹.

Somente neste primeiro semestre de 2016 foram, aproximadamente, R\$ 5,4 bilhões em financiamentos de projetos produtivos, em toda sua área de atuação, representando aumento nominal de 7,3%, comparativamente a igual período de 2015.

Esses recursos foram direcionados a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, comércio e serviços, turismo, industrial e agroindustrial (Gráfico 1), localizados nos onze estados da área de atuação do FNE, quais sejam: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, e as porções norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Destaque para a Bahia, com maior volume de contratações e que absorveu recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, ou 27,9% do volume total de contratações no primeiro semestre de 2016 (Gráfico 2).

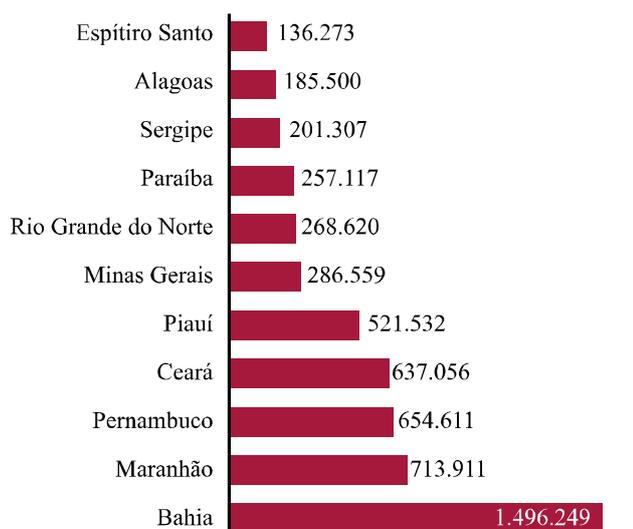
Gráfico 1 – Contratações do FNE por setor econômico – primeiro semestre de 2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de BNB (2016).

¹ Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31 dez.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31 dez.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31 dez.1991. Exercícios de 1992 em diante – valores atualizados pelo IGP-DI, até 30 jun.2014.

Gráfico 2 – Contratações do FNE por estado – primeiro semestre de 2016 (em R\$ mil)

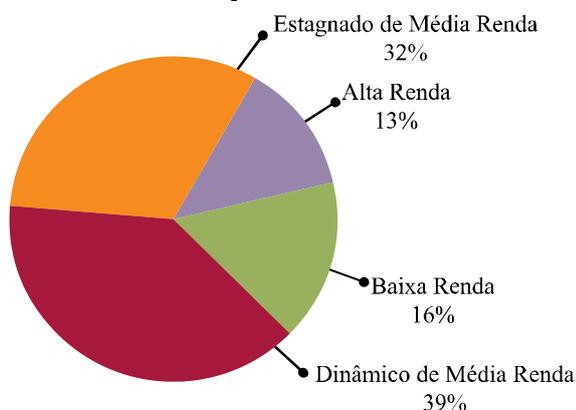


Fonte: Elaboração própria com base nos dados de BNB (2016).

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública de geração de emprego e de renda que os financiamentos, no âmbito do FNE assumem, ressalta-se a importância dessa fonte de recursos para apoiar o desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil.

Em sintonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ao final do primeiro semestre de 2016, foram contratados 86,6% dos recursos em municípios considerados de Baixa Renda, Dinâmico de Média Renda ou Estagnado de Média Renda, considerados prioritários, conforme verificado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Contratações do FNE por tipologia da PNDR – primeiro semestre de 2016



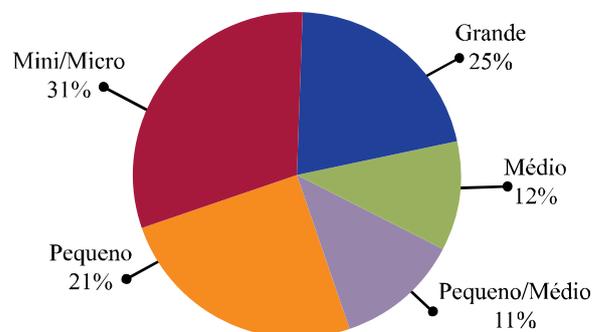
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de BNB (2016).

O arcabouço legal do FNE trata de forma prioritária o semiárido, região com singular condição edafoclimática, prevendo a destinação mínima de 50% dos recursos anuais, repassados pela Secretaria do Tesouro

Nacional. Nesse aspecto, foram contratados R\$ 1,97 bilhão no primeiro semestre de 2016, atingindo-se 76,7% da programação anual para essa região, que é de R\$ 2,57 bilhões.

Contribuindo para o espraiamento do crédito, aproximadamente, 785,5 mil produtores rurais e empreendedores urbanos foram beneficiários do FNE. Fazendo referência ao porte dos empreendimentos, as contratações, neste mesmo período, foram, predominantemente, realizadas para empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, responsáveis por 62,9% dos recursos (Gráfico 4), ultrapassando a meta programada de aplicação nestes portes estabelecida em 51%.

Gráfico 4 – Contratações do FNE por Porte – Primeiro Semestre de 2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de BNB (2016).

No âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), no primeiro semestre de 2016, as contratações totalizaram R\$ 1,27 bilhão, distribuídas em 253.328 contratos. Apresenta-se na Tabela 1 a quantidade de operações e os valores contratados em cada um dos 11 estados atendidos pelo FNE.

Tabela 1 – FNE – Contratações no âmbito do Pronaf por estado – primeiro semestre de 2016

Estado	Quantidade	Valor
AL	13.174	63.686,64
BA	57.110	283.343,18
CE	34.017	165.714,44
ES	188	6.289,11
MA	23.360	128.639,90
MG	23.779	107.304,53
PB	23.599	109.991,34
PE	27.997	152.234,53
PI	27.160	136.156,52
RN	14.295	69.365,69
SE	8.649	50.098,59
Total	253.328	1.272.824,48

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

As contratações por faixa de valor demonstram grande concentração na quantidade de operações (239.571) na faixa de valores acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00. Esses dados indicam o direcionamento dos esforços do Banco no sentido de aumentar a base de operações com investimentos relativamente baixos, de até R\$ 10.000,00, democratizando o acesso ao crédito (Tabela 2).

Tabela 2 – FNE – Contratações por faixa de valor – primeiro semestre de 2016

Faixa de Valor	Quantidade de Operações	Valor (R\$ mil)
Até R\$ 1.000,00	201	180
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	239.571	943.863
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	17.953	350.019
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	7.502	451.051
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 200.000,00	3.201	465.067
Acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 500.000,00	1.503	451.454
Acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	531	373.847
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	400	1.075.985
Acima de R\$ 10.000.000,00	40	1.247.269
Total	270.902	5.358.735

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Sistematicamente, o Banco do Nordeste realiza avaliações de resultados e impactos dos projetos financiados no âmbito do FNE, visando dar transparência à execução das ações, monitorar o desempenho operacional do Banco e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica do país e da Região Nordeste.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste e Estados é um dos instrumentos de avaliação de impactos utilizado pelo Banco do Nordeste. Considerando apenas os efeitos dentro da área de atuação do FNE, sem contar os impactos em outras regiões do país, estima-se que os financiamentos concedidos no âmbito do FNE, acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2², acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP)

2 Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e

regional de aproximadamente R\$ 11,0 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2016³.

O valor agregado (renda) à economia da área de atuação do Banco do Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da parcela do PIB da Região⁴, decorrente dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 6,7 bilhões, com expressiva representação do setor rural, R\$ 4,2 bilhões. Os resultados nos setores comércio, serviços e industrial também são expressivos.

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 372 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas ou mantidas na área de atuação do Banco do Nordeste, a partir dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2016. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda forem efetivados ao longo das cadeias de produção, essas novas ocupações serão criadas ou mantidas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Do total estimado de novas ocupações a partir dos financiamentos do FNE, cerca de 258 mil ocupações deverão ser geradas ou mantidas apenas no setor rural, representando 69,2% dos empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano⁵, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos estimados sejam mantidos durante o período de um ano.

Todavia, cabe observar que o índice de formalização do emprego no setor rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno se comparado com os demais setores da economia.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na área de atuação do Banco do Nordeste, totalizam R\$ 1,9 bilhão, cabendo ao setor rural a importância de R\$ 1,1 bilhão, representando 57,3% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o setor comércio, 22,7% e serviços com 11,2% de participação nos salários.

indireto, e o conseqüente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis etc.).

3 A suposição é que as contratações do primeiro semestre de 2016 gerem investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

4 Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

5 Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

Tabela 3 – Repercussões econômicas das contratações do FNE – Primeiro semestre de 2016¹ – R\$ Milhões e empregos em número de pessoas

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Comércio	Serviços	Total
Valor Contratado	1.711,0	1.547,6	65,9	500,9	949,6	583,7	5.358,7
Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB							
Valor Bruto da Produção	3.573,9	3.079,6	91,6	1.110,7	1.975,2	1.151,1	10.982,0
Valor Agregado/ Renda	2.292,4	1.949,0	38,6	505,9	1.244,8	635,7	6.666,4
Empregos	109.364	148.239	2.315	19.982	65.155	27.183	372.237
Salários	463,9	635,1	13,1	156,5	435,7	214,0	1.918,3
Tributos	223,3	234,9	8,9	130,0	95,1	75,1	767,3
Resultados por Setor - Brasil: Area de Atuação do BNB + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção	6.860,8	6.088,7	182,1	2.156,5	3.763,6	2.223,8	21.275,5
Valor Agregado/ Renda	3.811,5	3.332,7	80,0	992,8	2.085,1	1.136,6	11.438,7
Empregos	140.073	177.523	3.228	29.597	82.192	37.108	469.720
Salários	989,3	1.111,3	27	324,9	729,0	388,4	3.570,3
Tributos	550,1	535,8	17,5	232,2	273,5	182,6	1.791,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: BNB/Etene. Notas: 1. Impactos estimados a partir do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (Siipne), base 2009, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do primeiro semestre de 2016.

Quanto à geração de impostos (tributação) na área de atuação do Banco do Nordeste, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 767 milhões, com destaque para os setores rural, indústria, comércio e serviços.

Observa-se, assim, a importância do FNE como importante política para redução de desigualdades inter

e intrarregionais, por meio da concessão de crédito subsidiado ao setor produtivo privado. Contudo, cabe ressaltar que a política *per se* não pode responder de forma isolada para tal, carecendo ser complementada por outras, quais sejam políticas educacionais, sociais, produtivas, bem como infraestrutura necessária, que possam potencializar seus efeitos.

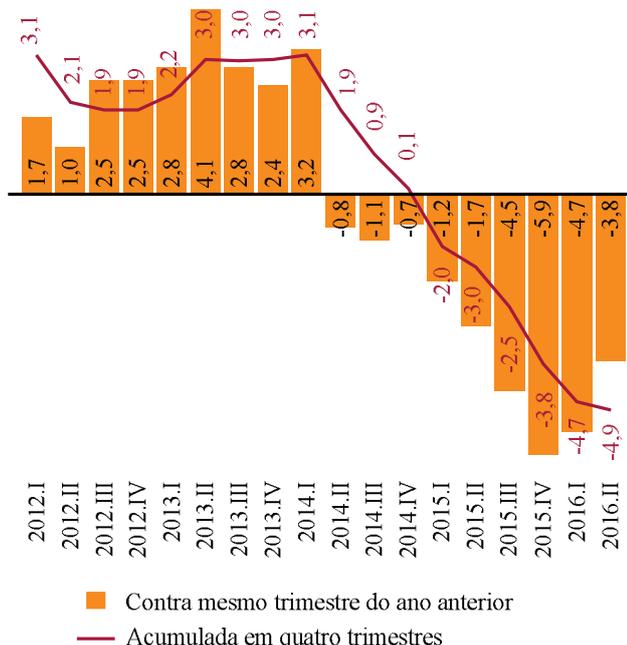
2. ATIVIDADE ECONÔMICA

2.1. Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou queda de 0,6% na comparação do segundo trimestre de 2016 contra o primeiro trimestre do ano. Na comparação com igual período de 2015, o PIB registrou contração de 3,8%, sendo o nono resultado negativo consecutivo. No acumulado dos quatro trimestres terminados no segundo trimestre de 2016, o PIB caiu 4,9% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Já no resultado para o primeiro semestre de 2016, o PIB encolheu 4,6% em relação a igual período de 2015. Em valores correntes, o PIB, no segundo trimestre de 2016, alcançou R\$ 1.530 bilhões, conforme dados divulgados pelo IBGE (2016a).

Portanto, a economia brasileira continua a sinalizar quadro recessivo. Porém, a trajetória de queda do PIB, iniciada a partir do segundo trimestre de 2014, mostrou arrefecimento no segundo trimestre de 2016. Conforme o Gráfico 1, percebe-se uma tendência de enfraquecimento do ritmo de queda nos últimos três trimestres (-5,9% em 2015.IV, -5,4% em 2016.I e -3,8% em 2016.II). Contudo, as variações acumuladas em termos quadri-mestrais ainda apresentam declínios ascendentes (-3,8% em 2015.IV, -4,7% em 2016.I e -4,9% em 2016.II).

Gráfico 1 – Evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres do PIB do Brasil (em %): 2012.I a 2016.II



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2016a).

Tanto pelo lado da oferta quanto pela ótica da demanda, todos os componentes do PIB apresentaram contrações no segundo trimestre de 2016 frente ao trimestre anterior, com exceção das exportações de bens e serviços que avançaram 4,3%, conforme especificado na Tabela 1.

Cabe destacar o comportamento de dois componentes da demanda que são vitais para sinalizar a recuperação da economia brasileira. Inicialmente, o consumo das famílias, que possui participação relativa de aproximadamente 63% do PIB nacional. Referido componente vem declinando sucessivamente desde o primeiro trimestre de 2015 (quando caiu 1,5% em relação ao trimestre anterior). A queda do consumo das famílias tem sido reflexo da perda de dinamismo do mercado de trabalho, com aumento das taxas de desocupação e queda do rendimento salarial real além do agravamento do endividamento das famílias.

Outro componente de destaque refere-se à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede o quanto as empresas aumentam os bens de capital, ou seja, aqueles componentes que servem para gerar outros produtos, a exemplo de máquinas, equipamentos e material de construção. A FBCF é importante porque indica se a capacidade de produção do país está crescendo e também se os empresários estão confiantes no futuro. Desde o segundo trimestre de 2014, a FBCF apresenta quedas sucessivas, o que dificulta a recuperação econômica.

Tabela 1 – Evolução das taxas de crescimento trimestral dos componentes do PIB: 2015.II a 2016.II

		Variáveis macroeconômicas				
Trimestre /mesmo trimestre do ano anterior (%)		2015.II	2015.III	2015.IV	2016.I	2016.II
Oferta	Valor adicionado bruto da agropecuária	2,2	-2,0	0,6	-3,7	-3,1
	Valor adicionado bruto da agropecuária	-5,7	-6,7	-8,0	-7,3	-3,0
	Valor adicionado bruto de serviços	-1,8	-2,9	-4,4	-3,7	-3,3
Demanda	Despesa de consumo das famílias	-3,0	-4,5	-6,8	-6,3	-5,0
	Despesa de consumo das famílias	-0,3	-0,4	-2,9	-1,4	-2,2
	Formação bruta de capital fixo	-12,9	-15,0	-18,5	-17,5	-8,8
	Exportação de bens e serviços	7,7	1,1	12,6	13,0	4,3
	Importação de bens e serviços (-)	-11,5	-20,0	-20,1	-21,7	-10,6
PIB Total do Brasil (%)		-3,0	-4,5	-5,9	-5,4	-3,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2016a).

Portanto, a recuperação da economia brasileira tende a ser modesta, pois além do atual ciclo recessivo possuir uma longa duração, apresenta uma forte deterioração da demanda doméstica. Assim, a recuperação da economia estará atrelada ao fortalecimento do mercado de trabalho e a retomada dos investimentos produtivos.

Considerando as elevadas taxas de juros praticadas no país, a diminuição dos financiamentos, inclusive do BNDES, e tendo em vista o nível de endividamento das empresas privadas, as perspectivas de retomada dos investimentos produtivos não são promissoras.

Recente estudo realizado pelo Centro de Estudos do Mercado de Capitais do Ibmec, sobre empresas não financeiras, revela endividamento crescente acompanhado de redução da relação entre geração de caixa e despesas financeiras. A recuperação dos investimentos privados ainda é afetada em um cenário de forte ajuste fiscal.

Em termos regionais, o índice de atividade econômica do Banco Central para a Região Nordeste (IBCR-NE)⁶, indicador que serve como *proxy*⁷ do PIB Regional, registrou variação negativa de 4,3% quando se compara o segundo trimestre de 2016 com o mesmo do ano anterior. Desta forma, configurou-se na sexta queda consecutiva, como mostra o Gráfico 2.

A perda do dinamismo da economia nordestina se deve, em grande medida, à desaceleração dos fatores que vinham impulsionando o crescimento na região. Dentre as causas que contribuíram para esse resultado estão o impacto do ajuste fiscal sobre os repasses aos Estados, o fraco desempenho do setor de serviços, do comércio varejista, além da baixa atividade industrial.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias vem sendo atingido principalmente pela forte deterioração

do mercado de trabalho na região, com queda acentuada do rendimento médio real seguido pela diminuição do nível de ocupação.

Nesse sentido, verificam-se recuos nas vendas do comércio⁸ e serviços⁹ em todas as Unidades da Federação no acumulado do ano (até agosto de 2016).

Para a agricultura, a safra de grãos do Nordeste deverá marcar 9,8 milhões de toneladas em 2016, redução em 40,1% em relação ao ano anterior. A quebra de safra regional reflete, em especial, as baixas estimativas para as safras no Piauí (-56,9%), Maranhão (-41,4%) e Bahia (-35,8%), estados que configuram os maiores produtores regionais (IBGE, 2016b).

Quanto à desenvoltura do setor industrial, a produção regional recuou 3,7% no indicador acumulado para o período de janeiro a agosto de 2016, frente a igual período do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Física Mensal¹⁰ do IBGE. Os sinais de menor dinamismo ficaram mais evidentes para Pernambuco (-14%), Ceará (-4,7%) e Bahia (-4,3%) que apresentaram decréscimos na mesma base de comparação.

Diante desse quadro, de arrefecimento da economia regional no primeiro semestre de 2016, a deterioração do mercado de trabalho foi sentida principalmente nos setores mais dinâmicos. Conforme dados do Caged¹¹, a indústria de transformação (redução em 71.753 postos), comércio (-51.440 postos), construção civil (-36.753 postos) e serviços (-29.899 postos) foram os setores mais afetados devido ao baixo nível de atividade econômica regional. Por conseguinte, Bahia (15,4%), seguida de Pernambuco (14,0%), Alagoas (13,9%) e

6 O índice de atividade econômica do Banco Central para a Região Nordeste (IBCR-NE) subsidia o acompanhamento em nível regional, pois procura, com as devidas adaptações, reproduzir antecipadamente o movimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional.

7 *Proxy* é a hipótese utilizada como referência para se estimar o valor de uma variável, antes de conhecê-la.

8 Redução na variação de volume de vendas no comércio varejista e ampliado no acumulado do ano, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), mês de agosto de 2016 (IBGE, 2016b).

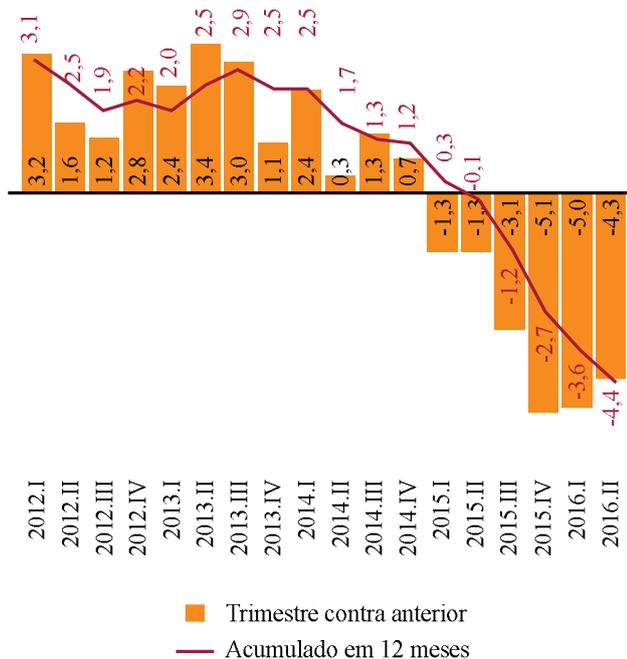
9 Conforme dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) para o acumulado do ano, até o mês de agosto de 2016 (IBGE, 2016c).

10 De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal Produção Física Regional (PIM), dados de agosto de 2016 (IBGE, 2016d).

11 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

Rio Grande do Norte (13,5%) apresentaram as maiores taxas de desocupação¹².

Gráfico 2 – Evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres do IBC-NE (em %): 2012.I a 2016.II



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do BACEN (2016).

Para o acompanhamento da atividade em nível estadual, tem-se o PIB trimestral das três maiores economias do Nordeste, representado pelos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que representam cerca de 60% do PIB da região. O cálculo do PIB trimestral desses estados é realizado pelos Institutos de Planejamento estaduais, como forma de acompanhar a evolução de suas economias e fornecer suporte para decisões estratégicas¹³.

Assim, de acordo com o cálculo do PIB, realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a economia baiana registrou retração de 3,7% no segundo trimestre de 2016, comparado ao mesmo período do ano anterior, além de uma queda de 3,9% no acumulado no primeiro semestre de 2016, comparando com igual período de 2015 (Gráfico 3). Nessa mesma base de comparação, agropecuária (-15,7%), indústria (-2,9%) e serviços (-2,2%) também obtiveram alterações negativas no primeiro semestre do ano.

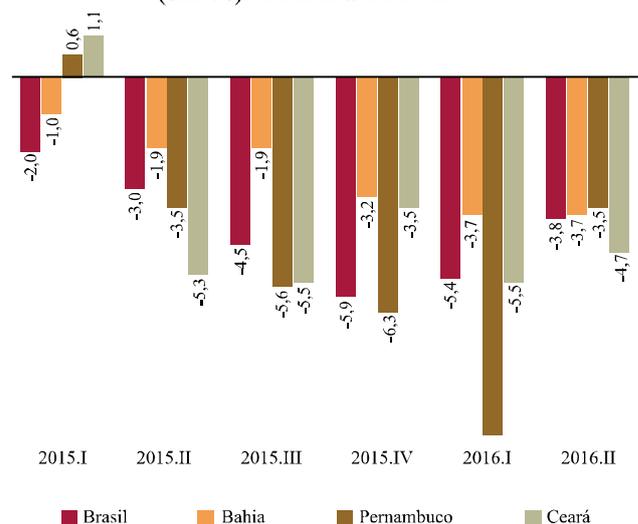
12 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), IBGE, 2016e.

13 A mensuração tem como base os resultados dos grandes setores de atividade econômica (agricultura, indústria e serviço), mas seus resultados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando divulgado o cálculo definitivo das Contas Regionais.

Quanto à economia pernambucana, o recuo foi de 3,8% no segundo trimestre de 2016 em relação ao mesmo trimestre de 2015. Em relação ao primeiro semestre de 2016, a perda do PIB pernambucano alcançou 4,6% na comparação com igual período do ano anterior, esse baixo desempenho decorreu do comportamento negativo da indústria (-5,2%), agropecuária (-3,4%) e serviços (-3,5%).

A economia cearense encerrou o segundo trimestre com retração de 4,6% frente ao mesmo trimestre de 2015. No primeiro semestre de 2016, o recuo da economia estadual foi de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, atribuído ao baixo dinamismo das atividades da indústria (-7,5%) e serviços (-5,1%). No entanto, a agropecuária registrou avanço de 5,9% no semestre.

Gráfico 3 – Evolução das taxas de crescimento trimestral da Bahia, Pernambuco e Ceará (em %): 2015.I a 2016.II



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados IBGE (2016a); SEI (2016); Condepe/Fidem (2016) e Ipece (2016).

Referências

CONDEPE-FIDEM. AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO (2016). **PIB trimestral: 2º trimestre de 2016**. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/7/c/document_library/get_file?p_l_id=29859721&folderId=24659848&name=DL-FE-172001.pdf>. Acesso em: 03.11.2016.

BACEN.BANCO CENTRAL DO BRASIL (2016). Índice de atividade econômica regional - Região Nordeste. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgpsub/localizarseries/localizarSeries.do?method>>

=preparar TelaLocalizarSeries>. Acesso em: 04 nov. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016a). **Contas nacionais trimestrais – Abril/ junho 2016**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201602caderno.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. (2016b). **Levantamento sistemático da produção agrícola, outubro de 2016**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. (2016c). **Pesquisa mensal de comércio**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pmc_201609caderno.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. (2016d). **Pesquisa mensal de serviços**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servico/Pesquisa_Mensal_de_Servicos/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pms_201608caderno.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. (2016e). **Pesquisa industrial mensal produção física regional**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Mensal_Producao_Fisica/Fasciculos/Fasciculo_Indicadores_IBGE_Regional/pim-pf-regional_201609caderno.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

IPECE. INSTITUTO DE PESQUISA ESTRATÉGICA E ECONÔMICA DO CEARÁ (2016). **PIB trimestral: 2º trimestre de 2016**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/estudos_economicos/pib/APRESENTACAO_PIB_2o_TRIM2016.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

SEIBA – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (2016). **PIB trimestral: 2º trimestre de 2016**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2016_2.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

2.2. Produção Agropecuária

As exportações de carne bovina (*in natura* mais a industrializada) totalizaram 651,5 mil toneladas e R\$ 8,5 milhões de receita, no primeiro semestre de 2016, aumento de 10,7% em volume e de 31% em receita, em relação ao mesmo período de 2015. O mês de março foi o melhor em termos de volume (125,7 mil toneladas de carne exportadas), enquanto fevereiro foi recorde, no primeiro trimestre, de receita apurada (R\$ 1,61 milhão), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). A abertura de novos mercados influenciou na alta das exportações, diminuindo a oferta interna, o que refletiu nos preços (CEPEA, 2016a).

Os preços do boi gordo tiveram leve baixa no segundo trimestre de 2016: o indicador Cepea/Esalq¹⁴ da arroba, em abril, caiu 2,1%, fechando em R\$ 154,65/@, pelo aumento da oferta, em razão da piora das pastagens, por conta do clima e a fraca demanda (CEPEA, 2016a). Em maio, alta inexpressiva de 0,05% e o indicador fechou em R\$ 154,73/@ (CEPEA, 2016b). Em junho, o indicador subiu 0,5%, para R\$ 155,54/@, com a baixa oferta de animais para abate mantendo as cotações firmes (CEPEA, 2016c). No trimestre, a variação do indicador foi de -1,54%. A previsão de fechamento para dezembro de 2016 é de R\$ 157,50/@, ou de alta de 1,3% em relação ao fechamento do mês de junho (BM&FBOVESPA, 2016).

O preço médio bruto do leite pago ao produtor continuou a trajetória de alta em abril, subindo 5,7% em relação a março, para R\$ 1,2106/l (CEPEA, 2016d). A captação teve a maior queda nos últimos nove anos; além da entressafra, muitos produtores já estavam adiantando o processo de secagem das vacas, o que limitou mais ainda a oferta. Em maio, os elevados custos de produção, adversidades climáticas e migração de produtores para a pecuária de corte levaram a nova alta de 4,5%, para R\$ 1,2654/l (CEPEA, 2016e). Em junho, com a baixa oferta de leite no campo, que mantém acirrada a disputa pela matéria-prima pelos laticínios, o preço subiu 4,9% em relação a maio, para R\$ 1,3276/l (CEPEA, 2016f). No segundo trimestre, houve aumento expressivo de 15,9%.

O décimo segundo e último levantamento da safra brasileira de grãos para 2015/2016, de autoria da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), prevê produção de 186,4 milhões de toneladas, redução de 10,3% (ou 21,3 milhões de toneladas) sobre a safra de 2014/2015, finalizada em 207,7 milhões de toneladas.

A área plantada deve alcançar 58,3 milhões de hectares, aumento de 0,7% (397,1 mil hectares) em relação à safra anterior, com 57,9 milhões de hectares, em razão do aumento da área plantada com soja, responsável por 57% do total da área cultivada no Brasil. Observa-se redução na produção para todas as culturas de grãos representativas, tanto para o Nordeste como para o Brasil, conforme descrito a seguir, sendo a queda regional de maior magnitude que a nacional, em razão principalmente das estiagens prolongadas e altas temperaturas durante o ciclo das culturas (CONAB, 2016).

O algodão teve redução de área de 17,5% e de produção de 42%, com conseqüente redução de produtividade (-29,8%), números influenciados principalmente pela queda na produção baiana (-43,1%) e pela cessão de área para a cultura da soja. Os elevados custos do algodão favoreceram a migração para culturas mais rentáveis e as irregularidades climáticas, como a estiagem ocorrida na Bahia desde fevereiro, influenciaram negativamente o crescimento vegetativo dos algodoeiros, comprometendo a qualidade da fibra colhida. Para o Maranhão, segundo maior produtor, as reduções foram de 3,3% na produção e de 2,3% na área. Para o Piauí, queda de 86,7% na produção e de 61,5% na área, em virtude do clima (CONAB, 2016).

O arroz teve redução expressiva de produção (-43,3%), acompanhando a tendência de queda nacional, em menor magnitude (-14,8%). O Maranhão, maior produtor, deverá ter queda significativa de produção (-45,9%) e de área (-48,1%), devido aos veranicos, baixa rentabilidade econômica em relação a outras culturas, distribuição atrasada de sementes pelo governo e a oferta oriunda de outros estados (CONAB, 2016).

O feijão registrou a maior redução de produção entre os grãos na região, de -47,2%. Entre os estados, os únicos a registrarem aumentos de produção, partindo de números pouco expressivos, foram Rio Grande do Norte (18,5%) e Paraíba (27,8%), ao passo que o maior produtor, a Bahia, teve uma quebra de 53,6% (caindo de 296,2 mil toneladas, em 2014/2015, para 137,4 mil toneladas, na presente safra), devido aos riscos climáticos e ataques de pragas, como em algumas regiões baianas (CONAB, 2016).

A produção regional de milho deste ano-safra deverá se reduzir 42,4% em relação ao ano-safra 2014/2015, queda em maior intensidade que a nacional (-20,9%). A região do Matopiba, com áreas de três estados no Nordeste (Bahia, Maranhão e Piauí, nesta ordem também os maiores produtores nordestinos de milho), teve condições climáticas desfavoráveis ao plantio, com ocorrência de veranicos nos três estados (CONAB, 2016).

14 Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior Agrícola Luis de Queiroz (Esalq), unidade acadêmica da Universidade de São Paulo (USP).

A produção regional de soja reduziu-se significativamente (-36,8%), queda superior à nacional (-0,8%). No Piauí, o cultivo começou em outubro/novembro de 2015, mas foi interrompido em dezembro pela escassez de chuvas. Em janeiro, o plantio foi retomado e em algumas áreas ocorreram replantios, ocasionando queda na produtividade. No Mara-

nhão, chuvas mal distribuídas de novembro a maio e ataques intensos da mosca branca prejudicaram a fase de desenvolvimento da cultura. E na Bahia, apesar do aumento de área em 7,4%, a produção caiu 23,2%, em decorrência também de veranicos prolongados, que comprometeram a qualidade dos grãos (CONAB, 2016).

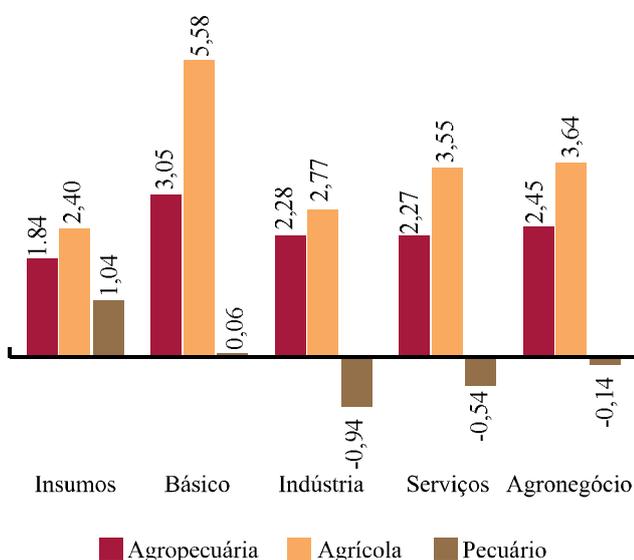
Tabela 1 – Comparativo produção de grãos selecionados – Nordeste x Brasil

Produto (mil t)	Nordeste			Brasil		
	2014/2015	2015/2016	Δ%	2014/2015	2015/2016	Δ%
Algodão (caroço)	734,3	425,4	-42,1	2.348,6	1.937,4	-17,5
Arroz	694,7	393,7	-43,3	12.444,5	10.602,9	-14,8
Feijão	644,0	340,2	-47,2	3.210,2	2.515,8	-21,6
Milho	6.243,1	3.598,8	-42,4	84.672,4	66.979,5	-20,9
Soja	8.084,1	5.107,1	-36,8	96.228,0	95.434,6	-0,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados da Conab (2016).

No primeiro semestre de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro elevou-se 2,45% em relação a igual período de 2015, segundo levantamento do Cepea, realizado com apoio da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Todos os segmentos (insumos, básico, indústria e serviços) tiveram alta em relação ao mesmo semestre do ano anterior, sendo mais representativas as do segmento da indústria (2,28%) e do segmento básico (3,05%), puxadas principalmente pela elevação em todos os segmentos do ramo agrícola (de 2,40% a 5,58%), que compensou as reduções nos segmentos de indústria (-0,94%), de serviços (-0,54%) e da pecuária (CEPEA/CNA, 2016).

Gráfico 1 – Taxas de crescimento do PIB do agronegócio acumuladas em 2016 (jan/fev – 2016/2015)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ Etene, com base nos dados do Cepea/CNA (2016).

O fenômeno El Niño perdeu a força no primeiro semestre de 2016, e as águas do Pacífico Equatorial estão em período de neutralidade, conforme simulações realizadas em setembro pela Universidade de Columbia e do NOAA (Departamento climático norte-americano), que preveem que o resfriamento do Pacífico não será intenso o suficiente para o aparecimento do fenômeno La Niña. Essa que seria a grande mudança no clima global de 2016 para 2017, pode se transformar apenas na ausência de um El Niño tão forte como o ocorrido entre 2015 e 2016, gerando menos chuvas na região Sul e mais precipitação no Norte e Nordeste do Brasil (SOMAR METEOROLOGIA, 2016).

Referências

BM&FBOVESPA. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO.

Cotações on line: boi gordo. Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/porta1/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&pagetype=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGI>>. Acesso em: 04 out. 2016.

CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (2016a). **Agromensal: pecuária**: informações de mercado. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2016/04_abril/Pecuaria.htm>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. (2016b). **Agromensal: Pecuária**: informações de mercado. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2016/05_maio/Pecuaria.htm>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. (2016c). **Agromensal**: Pecuária: informações de mercado. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2016/06_junho/Pecuaria.htm>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. (2016d). **Cepea/leite**: Captação tem maior queda em nove anos. Piracicaba, abr. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Abr_16.doc>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. (2016e). **Cepea/leite**: Preço sobe em todos os estados; média Brasil está 15% maior que há um ano. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Maio_16.doc>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. (2016f). **Cepea/leite**: Média do UHT atinge recorde real; preço ao produtor sobe pelo 6º mês seguido. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Junho_16.doc>. Acesso em: 04 out. 2016.

CEPEA/CNA (2106). **PIB AGRO/Cepea**: ramos agrícola e pecuário registram elevação em junho. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_junho16.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

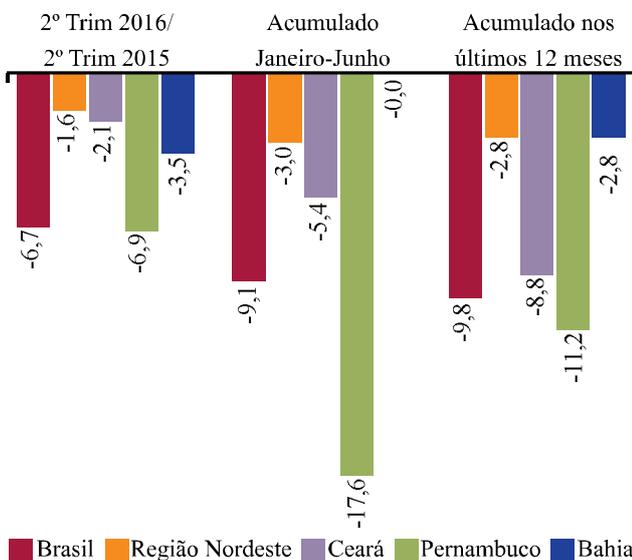
CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (2016). **Acompanhamento da safra brasileira**: grãos, safra 2015/2016, décimo segundo levantamento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_09_09_15_18_32_boletim_12_setembro.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

SOMAR METEOROLOGIA (2016). **Tendência para El Niño e La Niña**. Disponível em: <http://somarmeteorologia.com.br/security/defesa_civil/clima3.php>. Acesso em: 04 out. 2016.

2.3. Produção Industrial

Conforme dados disponibilizados até junho de 2016, pela Pesquisa Industrial Mensal Produção Física (PIM-PF) do IBGE, foi possível observar queda generalizada na produção industrial: nacional, nordestina e nos estados da região divulgados pela pesquisa, quando a base de comparação se referiu ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Indicadores Acumulados da Produção Industrial – Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste – Junho de 2016 (%) (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2016).

O Gráfico 1 aponta que, embora em retração, o recuo na produção da indústria nordestina tem ocorrido com intensidade inferior à nacional, seja na comparação trimestral (-1,6% ante -6,7%), semestral (-3% ante -9,1%) ou anualizada (-2,8% ante -9,8%).

Vale destacar que, conforme o IBGE (2006), para o indicador acumulado nos últimos 12 meses, a redução registrada no Nordeste (-2,8%) representou aceleração frente à perda observada em maio último (-2,2%) e assinalou a queda mais intensa desde janeiro de 2012 (-3,7%).

A desaceleração industrial mostrou-se severa em Pernambuco, cujas taxas têm superado as nacionais em todas as bases comparadas, com destaque para o primeiro semestre do ano (-17,6%).

Dentre os três estados divulgados, a indústria da Bahia (0%) foi a única que, na comparação semestral, não registrou perdas, mas estabilidade. Nas outras bases selecionadas, sofreu retrações menores que as nacionais: -3,5% no segundo trimestre e -2,8% na taxa anualizada.

A indústria do Ceará também vem registrando queda na produção, mas em níveis menores que os do país e, em certa medida, vem acompanhando a trajetória nacional de desaceleração das perdas. Ou seja, índices menores à medida que se avalia períodos mais recentes: -8,8% para a taxa anualizada, -5,4% para o semestre e -2,1% para o segundo trimestre.

Enquanto para o país, apenas dois setores, dentre quinze pesquisados, apresentaram aumento na produção: produtos alimentícios (2%) e fabricação de celulose, papel e produtos de papel (2,5%). No Nordeste, cinco atividades registraram crescimento no primeiro semestre (Gráfico 2). O quadro de menor retração da indústria nordestina, quando comparada à nacional está refletindo o bom desempenho da atividade de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (13,9%); metalurgia (9%); fabricação de celulose, papel e produtos de papel (4,7%); fabricação de outros produtos químicos (1,1%) e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (1%), cuja produção tem se encaminhado, em parte, para a exportação, bem como substituído importações, favorecidas pela desvalorização cambial observada neste primeiro semestre.

Adicionalmente, cabe considerar que a menor diversificação industrial nordestina, aliada à forte participação de setores mais tradicionais, cujos mercados são mais resistentes a cenários de desaceleração, pode contribuir para o quadro menos negativo regional. Pondera-se também que além dos efeitos ainda positivos, embora arrefecidos, dos ganhos de renda dos últimos anos (políticas de transferência de renda, correção do salário mínimo e melhor distribuição de renda), o aumento de investimentos públicos e privados, inclusive em infraestrutura que ocorreram em anos recentes, foram capazes de amenizar as perdas industriais da região.

Os principais impactos negativos para a composição da média regional semestral foram: produtos alimentícios (-18,9%), cujo desempenho está na contramão da produção nacional que cresceu 2%; produtos de minerais não metálicos (-18,4%); confecção de artigos do vestuário e acessórios (-17,6%); indústrias extrativas (-5,0%); produtos têxteis (-9,7%) e produtos de borracha e de material plástico (-7,0%).

A queda na produção do Ceará, no primeiro semestre (-5,4%), ocorreu em sete das onze atividades investigadas. Os principais impactos negativos sobre o total global foram em confecção de artigos do vestuário e acessórios (-13%); artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-5,3%) e bebidas (-12,3%). Os impactos positivos mais importantes vieram dos setores de coque, produtos derivados do petróleo e

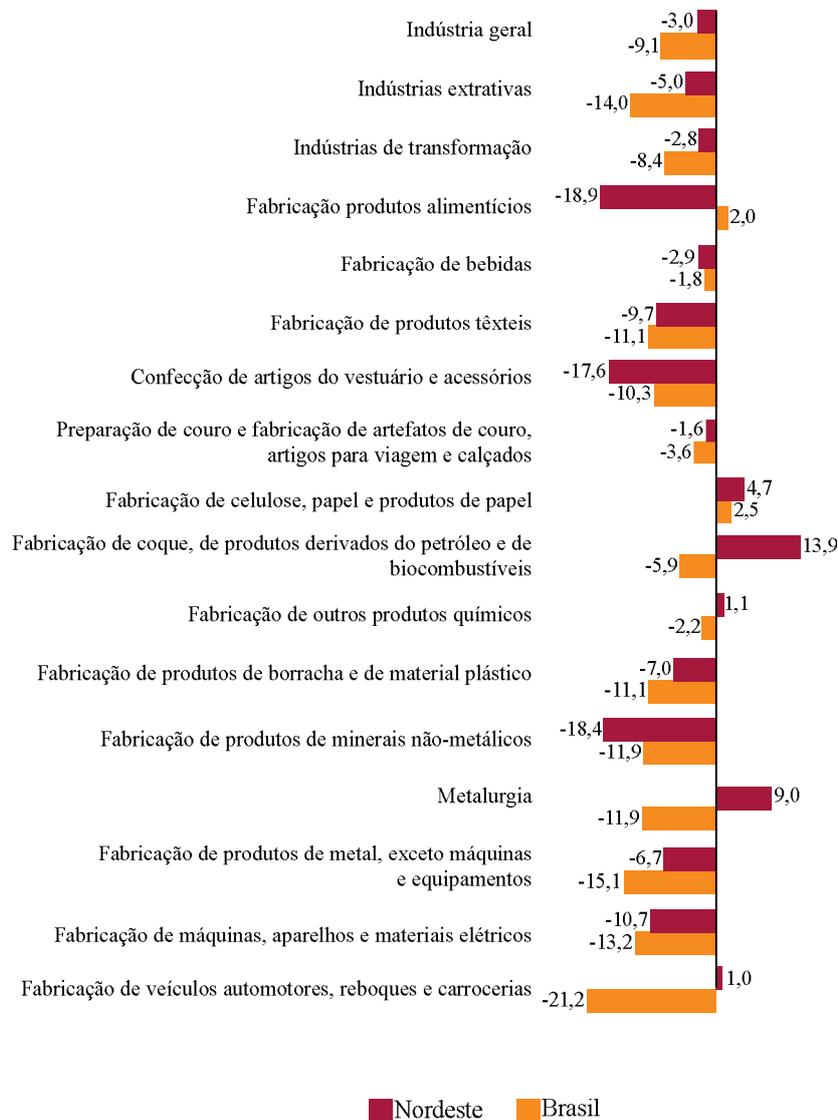
biocombustíveis (16,9%); de outros produtos químicos (16,3%) e de produtos têxteis (6,7%).

Em Pernambuco, a redução (-17,6%) ocorreu em dez das doze atividades, cujas principais influências foram: produtos alimentícios (-30,3%); equipamentos de transporte (-50,8%); produtos de minerais não metálicos (20,9%); bebidas (-9,5%) e outros produtos químicos (-8,4%). O crescimento na produção ocorreu nos setores de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (7,9%) e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (3,6%).

A produção semestral na Bahia (0%) contou com saldo positivo na indústria de transformação (1,2%), mas foi bastante atingida pela indústria extrativa

(-18,4%). Na verdade, seis dos doze setores pesquisados apresentaram aumento na produção: metalurgia (26,8%); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (5,9%); outros produtos químicos (4,7%); celulose, papel e produtos de papel (4,6%); produtos alimentícios (3,5%) e bebidas (16,2%). Além da indústria extrativa, apresentaram queda na produção os veículos automotores, reboques e carrocerias (-25,9%); produtos de minerais não metálicos (17,9%); equipamentos de informática, produtos eletrônicos e óticos (-9,5%); produtos de borracha e de material plástico (-5,7%) e couro, artigos para viagem e calçados (-1,3%).

Gráfico 2 – Produção física industrial, seções e atividades industriais selecionadas, Brasil e Nordeste – 1º Semestre 2016/1º Semestre 2015 (%)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE.

Vale destacar que além da retração econômica que afeta o país, o desempenho industrial do Nordeste é agravado pelas condições climáticas desfavoráveis, caracterizadas pela crise hídrica que tem gerado restrições de consumo tanto para a população quanto para a própria indústria. Seus efeitos continuam repercutindo na região que ainda não foi capaz de criar mecanismos efetivos para minimizar os impactos negativos advindos do período de estiagem que lhe é peculiar.

Os Indicadores para a Indústria de Transformação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), referentes ao primeiro semestre de 2016, também apontaram para a permanência do quadro de retração no país, quando comparados a igual período do ano anterior.

A Tabela 1 mostra que o faturamento real da indústria de transformação recuou 11,5% no semestre. O emprego industrial manteve sua trajetória de retração e teve redução de 9,1%. Nas horas trabalhadas na produção, a queda atingiu 9,6%. A massa salarial real diminuiu 9,9% no acumulado do semestre. O rendimento médio real apontou queda de 0,8%.

Já a utilização da capacidade instalada atingiu 77,4% em junho, representando uma redução de 1,5 ponto percentual em relação ao uso das instalações em junho de 2015.

Tabela 1 – Indicadores da Indústria de Transformação - Brasil - 1º Sem/2016 (%) (Base: igual período do ano anterior)

Varição Percentual	Jan-Jun 2016/ Jan-Jun 2015
Faturamento real	-11,5
Horas trabalhadas na produção	-9,6
Emprego	-9,1
Massa salarial real	-9,9
Rendimento médio real	-0,8

Fonte: BNB/Etene, com base nos dados do CNI (2016).

Conforme análise do IEDI (2016), de forma geral, a indústria parece estar em compasso de espera, enquanto fatores dinamizadores adicionais não entram em operação. Por exemplo, os setores econômicos dependem da superação da retração econômica, de forma a reverter o deteriorado quadro do emprego e do crédito. Outros fatores podem ser facilitados pelo poder público, como o destravamento dos investimentos em infraestrutura, a redução dos juros, a convergência das expectativas inflacionárias, o equilíbrio cambial e a redução das distorções na estrutura tributária, de modo a ampliar a competitividade do produto nacional.

Analisando os dados, em seu conjunto, cabe argumentar que as perdas industriais permanecem intensas tanto no âmbito nacional quanto no regional, em especial quando confrontados com resultados do ano anterior. A tese de retomada do crescimento, ou recuperação do setor, assenta-se em bases frágeis, cujas reações, ainda pontuais, ocorrem a partir de patamares de produção relativamente reduzidos e sem respaldo em novos fatores técnicos ou estruturais capazes de favorecer e estimular a atividade produtiva. O surgimento de tais fatores parece fazer-se necessário à efetiva recuperação da confiança de produtores e consumidores, de forma que estes possam responder e elevar o nível de investimento e consumo.

Referências

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (2016). **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016). **Pesquisa industrial mensal produção física - Brasil**. Mês de referência: junho de 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2016_jun.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2016.

_____. (2016a). **Pesquisa industrial mensal produção física - Regional**. Mês de referência: junho de 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2016_jun.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. (2016b). **Pesquisa industrial mensal produção física**. Tabela 3653 - Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais, Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=22&i=P&c=3653>. Acesso em: 10 set. 2016.

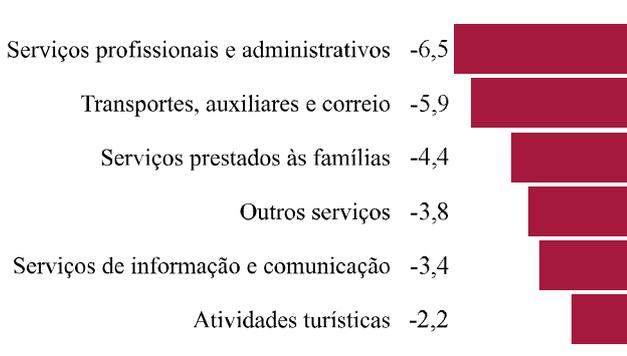
IEDI. INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (2016). **Análise IEDI – Indústria – Em compasso de espera**. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20160902_industria.html>. Acesso em: 13 set. 2016.

2.4. Comércio e Serviços

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume do setor de serviços no Brasil recuou 4,9% no primeiro semestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 12 meses, a queda registrada também foi de 4,9%.

Todos os grupos de atividades de serviços recuaram no primeiro semestre, sendo que a maior variação negativa ocorreu na prestação de serviços profissionais e administrativos (-6,5%), conforme especificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Variação % do volume de serviços por atividade - 1º Semestre 2016/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2006).

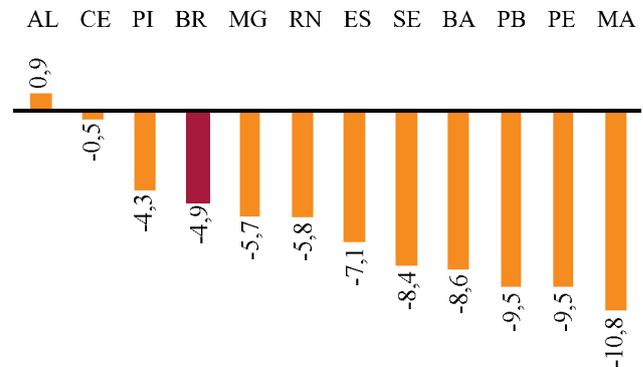
Apenas três subatividades registraram crescimento no primeiro semestre de 2016: outros serviços prestados às famílias (1,1%), transporte aquaviário (0,4%) e transporte aéreo (5,4%).

Na avaliação dos resultados estaduais, apenas cinco unidades federativas apresentaram crescimento no primeiro semestre de 2016: Acre (3,8%), Roraima (5,6%), Tocantins (2,6%), Alagoas (0,9%) e Distrito Federal (3,8%). As maiores quedas foram registradas no Amapá (-16,2%), Amazonas (-15,2%) e Maranhão (-10,8%).

O Gráfico 2 apresenta os resultados para os Estados que compõem a área de atuação do Banco do Nordeste (BNB). Registre-se que apenas Alagoas (0,9%), Ceará (-0,5%) e Piauí (-4,3%) apresentaram resultados acima da média nacional (-4,9%) no período em análise.

Em 12 meses, todas as unidades federativas da área de atuação do BNB registram queda em serviços: Maranhão (-11,9%); Piauí (-5,2%); Ceará (-2,9%); Rio Grande do Norte (-4,5%); Paraíba (-8,9%); Pernambuco (-8,2%); Alagoas (-0,7%); Sergipe (-7,7%); Bahia (-9,7%); Minas Gerais (-5,8%); e Espírito Santo (-7,1%).

Gráfico 2 – Variação % do volume de serviços – Brasil e estados selecionados - 1º Semestre 2016/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2006).

Especificamente, em relação à variação do volume de atividades turísticas, apenas Pernambuco (2%) e Distrito Federal (2,4%) apresentaram crescimento no primeiro semestre de 2016. O Gráfico 3 apresenta os resultados para os estados da área de atuação do BNB nos quais o IBGE realiza a pesquisa.

Gráfico 3 – Variação % do volume de serviços das atividades turísticas - 1º Semestre 2016/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2006).

Referência

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016). **Pesquisa mensal dos serviços** Junho. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/serviços/pms/default.shtm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

3. TURISMO

O número de chegadas de turistas internacionais ao redor do mundo atingiu 1.186,2 milhões de pessoas em 2015, 4,6% superior ao número de chegadas de viajantes em 2014. A Europa recebeu 51,4% dos turistas, a Ásia e Pacífico receberam 23,4%, as Américas 16,1%, a África 4,5% e o Oriente Médio 4,6%. Em ordem decrescente de fluxo turístico receptivo, os principais destinos foram: França, Estados Unidos, Espanha, China, Itália, Turquia, Alemanha, Inglaterra, México e Rússia. A participação do Brasil no fluxo mundial, em 2015, foi de 0,53%, com 6,3 milhões de turistas estrangeiros desembarcados no país (Tabela 1).

Tabela 1 – Receita cambial e chegada de turistas internacionais: mundo, América do Sul e Brasil – Anos selecionados

	Anos selecionados	Receita cambial (bilhões de US\$)	Turistas (milhões de chegadas)
MUNDO	2005	680	809,0
	2010	960	950,2
	2015	1.260	1.186,2
AMÉRICA DO SUL	2005	12,4	18,3
	2010	20,5	23,2
	2015	25,6	30,8
BRASIL	2005	3,9	5,4
	2010	5,3	5,2
	2015	5,8	6,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados de MTUR (2016).

As receitas cambiais do turismo internacional totalizaram US\$ 1.260 bilhões em 2015. O Brasil, com receita de US\$ 5,8 bilhões, participa apenas com 0,46% do total dos ingressos mundiais e com 22,86% das receitas geradas na América do Sul. Os principais países emissores para o Brasil, em 2015, foram: Argentina (33%), Estados Unidos (9,1%), Chile (4,9%), Paraguai (4,8%), Uruguai (4,2%), França (4,1%), Alemanha (3,6%), Itália (3,2%), Inglaterra (3%) e Portugal (2,6%).

Na última edição (2015) do Índice de Competitividade em Viagens e Turismo (ICVT), elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (WET, na sigla em inglês) o Brasil ficou em 28º lugar (de 141 países em todo o mundo) e primeiro na América do Sul. O objetivo do indicador é fornecer uma ferramenta estratégica abrangente para medir “o conjunto de fatores e políticas que permitem aos países o desenvolvimento sustentável do setor de Turismo e Viagem” (WEF, 2015). Na formação

do índice, são considerados 14 pilares, cada qual com indicadores específicos em um total de 90, organizados em quatro subíndices. Os dez países mais competitivos são Espanha, França, Alemanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Suíça, Austrália, Itália, Japão, e Canadá. No ranking regional (países das Américas), o Brasil é o terceiro colocado após Estados Unidos e Canadá.

A Tabela 2 mostra a posição do Brasil para cada subíndice específico e pilar utilizado para calcular seu ICVT.

Tabela 2 – Brasil - Índice de competitividade em viagens e turismo - 2015 - Posição por item

Pilares por Subíndice	Posição (de 141 países)	Pontuação (escala de 1 a 7)
Índice de Competitividade em Viagens e Turismo	28	4,37
Ambiente favorável	79	4,51
- Ambiente de negócios	126	3,60
- Segurança e proteção	104	4,68
- Saúde e higiene	66	5,31
- Recursos humanos e mercado de trabalho	66	4,51
- Disponibilidade de Tecnologia de informação e comunicação	57	4,43
Condições e Políticas “favoráveis” ao setor de Viagens e Turismo	107	3,76
- Prioridade dada ao setor de viagens e turismo	101	4,05
- Abertura internacional	91	2,59
- Preços competitivos	81	4,51
- Sustentabilidade ambiental	86	3,89
Infraestrutura	70	3,56
- Infraestrutura de transporte aéreo	41	3,64
- Infraestrutura portuária e terrestre	130	2,36
- Infraestrutura de serviços turísticos	51	4,69
Recursos Naturais e culturais	3	5,66
- Recursos naturais	1	6,01
- Recursos culturais e viagens de negócios	8	5,31

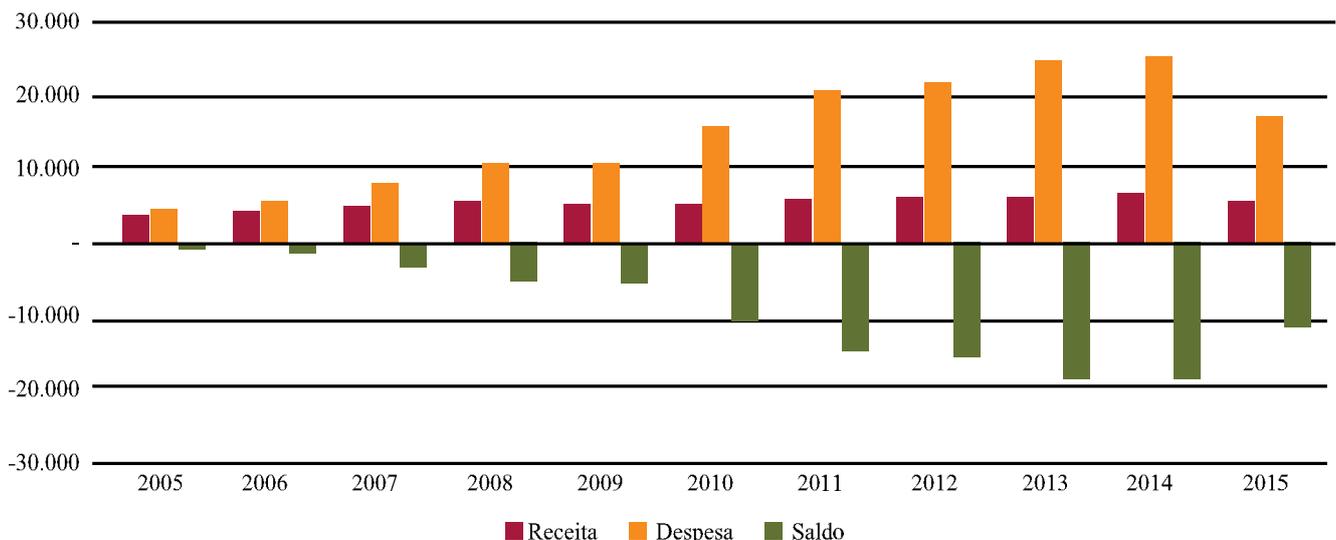
Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados de WEF (2015).

O Gráfico 1 apresenta a receita cambial gerada pelos gastos efetuados por turistas estrangeiros no

país e a despesa cambial advinda dos gastos dos brasileiros no exterior, no período de 2005 a 2015. Nesse período, as receitas turísticas aumentaram 51,3% enquanto as despesas registraram aumento superior, 267,7%. Como consequência, o saldo da balança turística apresentou sucessivos déficits. Esse desempenho é consequência, principalmente, da valorização do real em relação ao dólar, do aumento do crédito e do crescimento da economia do país

nesse período. Em 2015, com a desaceleração econômica do País e a valorização do dólar, as despesas cambiais caíram. De janeiro a agosto deste ano, o déficit cambial acumulado de US\$ 4.962 milhões foi menor do que o computado em mesmo período do ano anterior (-US\$ 9.032 milhões). Nesse período, as receitas cambiais cresceram 9,8% enquanto as despesas decresceram 28,7%.

Gráfico 1 – Receita, despesa e saldo da balança cambial turística - 2005 a 2015 (em US\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do MTUR (2016).

É importante registrar, contudo, que o chamado turismo doméstico é preponderante no Brasil. Em 2015, os desembarques domésticos somaram 94,5 milhões de passageiros, pouco abaixo do recorde registrado em 2014, isto é, 94,7 milhões de pessoas.

Em 2016, o setor turístico sentiu os efeitos da retração econômica no país, o que refletiu na queda na demanda doméstica pelo serviço de transporte aéreo. No Nordeste, dados acumulados de janeiro a setembro de 2016 mostraram a redução de 11,8% na movimentação de aeronaves (pouso + decolagem) e de 9,1% na movimentação de passageiros (embarque + desembarque) quando comparado a igual período do ano anterior.

No acumulado de janeiro a setembro de 2016, os Estados com os maiores recuos na movimentação de passageiros na região foram: Bahia (-18,1%), Rio Grande do Norte (-13%) e Piauí (-11,4%). Enquanto, Alagoas (1,2%) e Pernambuco (0,8%) foram os únicos que mantiveram variação positiva nesse período comparativo (Tabela 3).

Tabela 3 – Movimento¹ de passageiros por aeroportos do Nordeste

Aeroportos	Jan. - Set./ 2015	Jan. - Set./ 2016	Var. %	Part. % - 2016
Salvador - BA	6.892.209	5.596.478	-18,8	23,9
Recife - PE	5.046.312	5.105.278	1,2	21,8
Fortaleza - CE	4.766.573	4.252.390	-10,8	18,1
Natal - RN	1.935.309	1.684.428	-13	7,2
Maceió - AL	1.458.912	1.476.665	1,2	6,3
São Luís - MA	1.270.353	1.147.438	-9,7	4,9
João Pessoa - PB	1.096.946	985.906	-10,1	4,2
Aracaju - SE	948.265	913.931	-3,6	3,9
Teresina - PI	906.473	809.280	-10,7	3,4
Ilhéus - BA	449.217	421.886	-6,1	1,8
Juazeiro do Norte - CE	315.663	408.878	29,5	1,7
Petrolina - PE	346.449	329.573	-4,9	1,4
Imperatriz - MA	241.014	218.266	-9,4	0,9
Campina Grande - PB	90.351	96.379	6,7	0,4
Paulo Afonso - BA	18.760	8.718	-53,5	0
Parnaíba - PI	14.708	7.205	-51	0
Nordeste	25.797.514	23.462.699	-9,1	100

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados da Infraero (2016) e Aeroporto de Natal.

Nota: (1) Embarques e desembarques.

Em relação ao movimento de aeronaves, somente Alagoas registrou incremento (4%). Dentre os estados com maiores recuos estão Sergipe (-23%), Rio Grande do Norte (-21,5%) e Maranhão (-20,8%), conforme especificado na Tabela 4.

Vale enfatizar que os aeroportos da Bahia, Ceará e Pernambuco concentraram 68,7% do movimento de passageiros e 67,4% do movimento de voos da região, considerando o período de janeiro a setembro de 2016.

Tabela 4 – Movimento¹ de aeronaves por aeroportos do Nordeste

Aeroportos	Jan. - Set. / 2015	Jan. - Set. / 2016	Var. %	Part. % - 2016
Salvador - BA	73.486	60.819	-17,2	24
Recife - PE	54.342	51.845	-4,6	20,4
Fortaleza - CE	45.684	39.729	-13	15,7
Maceió - AL	14.251	14.828	4	5,8
São Luís - MA	17.082	13.930	-18,5	5,5
Natal - RN	17.274	13.560	-21,5	5,3
Teresina - PI	13.193	11.904	-9,8	4,7
João Pessoa - PB	10.866	10.462	-3,7	4,1
Aracaju - SE	12.641	9.738	-23	3,8
Ilhéus - BA	7.105	6.693	-5,8	2,6
Juazeiro do Norte - CE	5.737	6.470	12,8	2,6
Imperatriz - MA	6.677	4.886	-26,8	1,9
Petrolina - PE	4.271	4.640	8,6	1,8
Campina Grande - PB	2.740	2.542	-7,2	1
Parnaíba - PI	1.345	966	-28,2	0,4
Paulo Afonso - BA	1.118	703	-37,1	0,3
Nordeste	287.812	253.715	-11,8	100

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados da Infraero (2016) e Aeroporto de Natal.

Nota:(1) Embarques e desembarques.

Dos 16 aeroportos com voos regulares no Nordeste, 15 são administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e um concedido à iniciativa privada, o Aeroporto de Natal. O Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza e o Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães estão na lista das próximas concessões.

A atividade de alojamento é a que mais está ligada à atividade turística. De acordo com dados do Ministério do Turismo (2016), o Brasil contava, em 2015, com 7.117 meios de hospedagem¹⁵ (MH) e 393.970 unidades habitacionais¹⁶ (UH). O Nordeste, por seu turno, disponibilizava 1.862 MHs (26,2%) e 88.026 (24,6%) UHs. Bahia (26,2%), Ceará (18,9%), Pernambuco

(14,5%) e Rio Grande do Norte (8,7%) respondem por 68% do total da oferta de UHs da região.

Para o ano de 2016, a OMT estima um crescimento entre 3,5% e 4,5% no número de chegadas internacionais. Por região, as estimativas são de crescimento de 4 a 5% na Ásia, Pacífico e Américas, de 3,5 a 4,5 na Europa. Para o Oriente Médio e África, as projeções são de 2 a 5%.

O atual cenário econômico brasileiro tem inibido a demanda por viagens, atingindo diretamente as atividades turísticas como o setor aéreo e hoteleiro. O saldo da balança cambial turística deverá continuar deficitário, porém com tendência de queda.

Entretanto, a última pesquisa divulgada pelo Ministério do Turismo (MTUR) – Sondagem do Consumidor em Intenção de Viagem apresentou um aumento progressivo na intenção de viagem dos brasileiros durante o ano. Em janeiro a intenção de viagens foi de 19,1%, e em setembro essa pretensão de viajar passou para 24,3%. Destes, 80,3% tem intenção de realizar viagens dentro do país, 17,8% consideram viajar para o exterior e 1,9% não decidiram ainda o destino. Considerando os que têm intenção de realizar viagens dentro do país, 26,6% esperam realizar viagens dentro do Estado, contra 73,4% que intencionam viajar para outras regiões. O avião continua sendo o principal meio de transporte utilizado nas viagens com 56,8%, seguido por automóvel (30,4%). O Nordeste se mantém como o principal destino dentre aqueles que desejam viajar para outras regiões, totalizando 48% dos entrevistados na pesquisa, seguido pela região Sul com 25,3% das intenções de viagem.

Referências

INFRAERO. EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (2016). **Estatísticas dos Aeroportos**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatisticas/estatisticas.html>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

TUR. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estatísticas básicas do turismo 2016 - ano base 2015**. Brasília-DF, Setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/estat%C3%ADsticas-b%C3%AAsicas-de-turismo.html>>. Acesso: 03 nov. 2016.

_____. **Anuário Estatístico do Turismo 2016 - ano base 2015**. Disponível em: <<http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

15 Inclui: albergue, alojamento de floresta, cama e café, flat/apart hotel, hotel, hotel fazenda, hotel histórico, pousada e resort.

16 Unidade habitacional: espaço, atingível a partir das áreas principais de circulação comuns do estabelecimento, destinado à utilização, pelo hóspede, para seu bem-estar, higiene e repouso.

_____. **Sondagem do Consumidor em Intenção de Viagem. Setembro de 2016.** Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/sondagens-conjunturais/sondagem-do-consumidor-inten%C3%A7%C3%A3o-de-viagem.html>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

WEF. WORLD ECONOMIC FORUM. **The travel & tourism competitiveness report 2015.** Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/TT15/WEF_Global_Travel&Tourism_Report_2015.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2015.

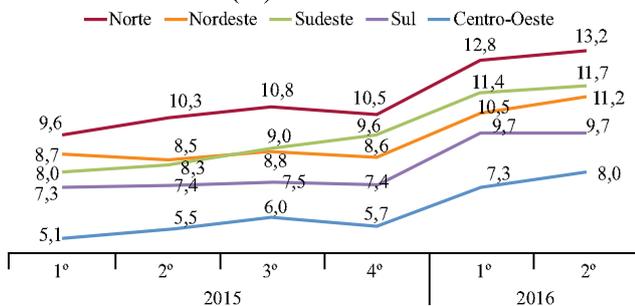
4. MERCADO DE TRABALHO

4.1. Taxa de desocupação

A economia brasileira continua a sinalizar quadro recessivo, tendo em vista que o Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre de 2016 registrou queda de 3,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme dados das Contas Nacionais do IBGE (2016). Com a tendência de enfraquecimento da atividade econômica, o mercado de trabalho apresenta uma trajetória descendente, com deterioração de seus indicadores.

De acordo com o IBGE (2016), a taxa de desocupação para Brasil foi de 11,3% no segundo trimestre de 2016, apresentando aumento em relação ao trimestre anterior (10,9%). Somente as Regiões Norte (11,2%), Centro-Oeste (9,7%) e Sul (8%) apresentaram taxa de desocupação abaixo da média nacional. Nordeste (13,2%) e Sudeste (11,7%) seguem com as maiores taxas no segundo trimestre de 2016. Vale salientar que Nordeste segue com as taxas mais elevadas entre os trimestres de 2015 e 2016, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação, por Região do Brasil (%): 1º trim/2015 a 2º trim/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (2016).

Regionalmente, no segundo trimestre de 2016, observaram-se taxas de desocupação maiores que as observadas na taxa de desocupação regional (13,2%) para Bahia (15,4%), seguida pela de Pernambuco (14%), Alagoas (13,9%) e Rio Grande do Norte (13,5%). Conforme dados da Tabela 1, verificou-se ainda que entre o primeiro trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2016, o crescimento das taxas de desocupação ocorreu de forma acelerada em alguns estados da região, considerando que os indicadores cresceram nesse intervalo 5,8 pontos percentuais (p.p.) em Pernambuco, 4,1 p.p. na Bahia e 4 p.p. em Sergipe. Além do mais, percebeu-se que as taxas de desocupação nesses estados cresceram de forma ininterrupta desde o primeiro

trimestre de 2015, não há expectativa de reversão para os próximos meses (exceto por fatores sazonais).

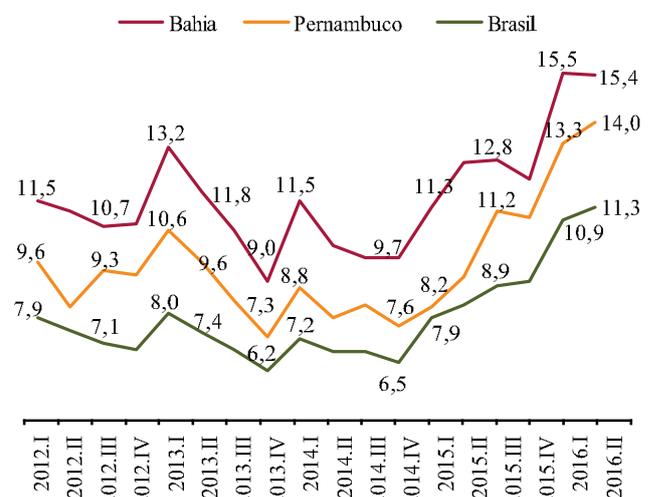
Tabela 1 – Taxa de desocupação, por Estados do Nordeste (%): 1º trim/2015 a 2º trim/2016

Ano	2015				2016	
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	1º trim	2º trim
Maranhão	8,9	8,8	8,4	8,2	10,8	11,8
Piauí	7,7	7,7	7,6	7,2	9,6	9,9
Ceará	8,0	8,8	9,5	9,0	10,8	11,5
R. Grande do Norte	11,5	11,6	12,6	12,2	14,3	13,5
Paraíba	9,1	9,1	10,3	9,5	10	10,7
Pernambuco	8,2	9,1	11,2	11,0	13,3	14,0
Alagoas	11,1	11,7	10,7	11,3	12,8	13,9
Sergipe	8,6	9,1	8,6	9,9	11,2	12,6
Bahia	11,3	12,7	12,8	12,2	15,5	15,4
Nordeste	9,6	10,3	10,8	10,5	12,8	13,2
Brasil	7,9	8,3	8,9	9,0	10,9	11,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2016).

No Gráfico 2, verifica-se a trajetória das taxas de desocupação para Brasil, Bahia e Pernambuco para o período entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2016. Percebe-se, que as taxas de desocupação para Bahia e Pernambuco permaneceram acima da taxa nacional durante todo o período de 2012 a 2016, indicando que as taxas de desocupação desses estados, as maiores economias da região, seguem a tendência da média nacional.

Gráfico 2 – Taxa de desocupação, Brasil, Pernambuco e Bahia (%): 1º trim/2012 - 2º trim/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2016).

4.2. Ocupação

Com o arrefecimento do nível de atividade econômica, concomitante ao crescimento dos índices inflacionários, o cenário do mercado de trabalho se deteriora, refletindo tanto na redução do número de pessoas ocupadas quanto na diminuição do rendimento médio real recebido por trabalhador.

No Nordeste, o número de pessoas ocupadas no setor privado atingiu 18.140 mil empregados, que reduziu em 1.081 mil pessoas somente no primeiro semestre de 2016 quando comparado com igual período do ano anterior, configurando queda de 5,6%, maior que o declínio nacional (3,5%). Bahia (-7,6%) e Pernambuco (-8,4%) foram os estados que mais perderam

peçoal ocupado no setor privado no primeiro semestre de 2016, contração do pessoal ocupado em 429 mil e 302 mil pessoas, respectivamente.

Na Tabela 2 têm-se o número de empregados com e sem carteira assinada do setor privado para os estados, Nordeste e Brasil. No primeiro semestre de 2016, com exceção do Maranhão e Sergipe onde o mercado de trabalho registrou pequeno avanço, em todos os estados do Nordeste, tanto o trabalho formal quanto o informal assinalaram perda de pessoal, quando comparado com o mesmo semestre de 2015. Verificou-se também que o percentual de pessoas ocupadas no trabalho informal do setor privado na Região Nordeste (37,4%) foi maior do que a participação nacional (22,3%) para o primeiro semestre de 2016.

Tabela 2 – Número de empregados com e sem carteira de trabalho assinada do setor privado(1), por Estado do Nordeste: 1º trimestre/2015 a 2º trimestre/2016

Estado / Formalidade	2015				2016		
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	1º trim	2º trim	
MA	Formal	464	466	452	432	410	409
	Informal	322	344	362	359	371	380
PI	Formal	261	263	271	276	268	248
	Informal	229	242	250	233	236	227
CE	Formal	969	965	947	919	891	933
	Informal	642	602	638	612	584	640
RN	Formal	418	409	415	414	400	413
	Informal	183	191	172	187	167	165
PB	Formal	388	388	393	381	370	367
	Informal	280	276	261	288	276	267
PE	Formal	1.248	1.224	1.197	1.167	1.126	1.098
	Informal	565	544	563	548	530	525
AL	Formal	352	321	327	344	335	320
	Informal	148	149	144	144	147	141
SE	Formal	263	275	258	251	252	243
	Informal	116	100	96	98	102	116
BA	Formal	1.830	1.783	1.758	1.730	1.690	1.587
	Informal	1.024	977	971	996	952	956
NE	Formal	6.193	6.092	6.017	5.915	5.742	5.617
	Informal	3.510	3.426	3.457	3.466	3.364	3.417
BR	Formal	36.066	35.909	35.416	35.403	34.631	34.424
	Informal	10.047	10.067	10.174	10.036	9.720	10.083

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2016).

Nota: (1) exclusive trabalhadores domésticos.

4.3. Rendimentos

Em termos nacionais, a remuneração média de R\$ 1.972,00 no segundo trimestre de 2016 implicou na desvalorização de 4,2% em relação ao mesmo trimestre de 2015.

De forma similar, os rendimentos médios de todos os estados do Nordeste apresentaram desvalorização em relação ao segundo trimestre de 2015, com exceção para os rendimentos recebidos pelos trabalhadores em Sergipe (2,9%), Piauí (2,7%) e Maranhão (2,1%), de acordo com a Tabela 3. Percebe-se que à medida que as taxas de desocupação aumentaram no período, as remunerações médias se desvalorizam, podendo ter configurado em um cenário de precarização de vida e de trabalho.

Tabela 3 – Evolução do rendimento médio real habitual da população ocupada, por Estado do Nordeste: 1º trimestre/2015 a 2º trimestre/2016

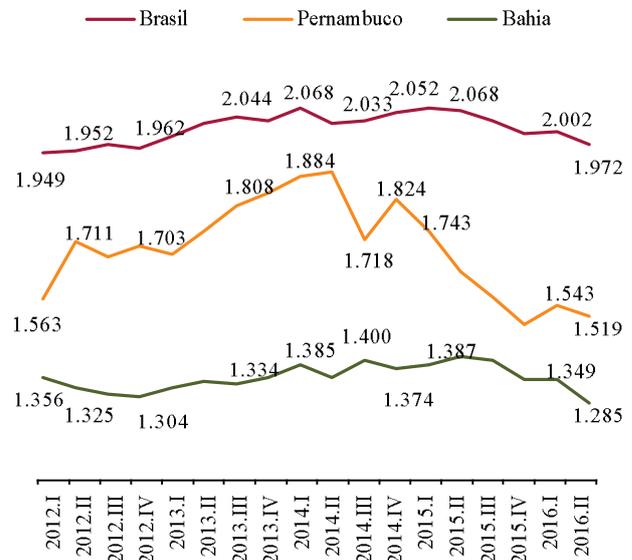
Ano	2015				2016	
	1º	2º	3º	4º	1º	2º
Maranhão	1.066	1.050	1.071	1.066	1.049	1.072
Piauí	1.264	1.278	1.275	1.280	1.285	1.313
Ceará	1.306	1.325	1.317	1.296	1.320	1.296
Rio Grande do Norte	1.522	1.519	1.547	1.583	1.464	1.517
Paraíba	1.426	1.411	1.427	1.357	1.309	1.328
Pernambuco	1.743	1.633	1.564	1.495	1.543	1.519
Alagoas	1.378	1.376	1.367	1.332	1.323	1.298
Sergipe	1.590	1.561	1.533	1.455	1.466	1.606
Bahia	1.387	1.411	1.401	1.346	1.349	1.285
Nordeste	1.410	1.398	1.385	1.346	1.346	1.334
Brasil	2.068	2.058	2.033	1.997	2.002	1.972

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2016). Nota: Rendimento médio habitual da população ocupada (R\$), em valores de maio de 2016.

Para o período entre 2012 e 2016, percebeu-se que tanto o rendimento médio recebido por trabalhador em Pernambuco quanto na Bahia ficaram abaixo do rendimento médio para o País. Outro ponto a destacar, além da queda do rendimento médio nos locais citados a partir do primeiro trimestre de 2015, foi em relação à queda acentuada do rendimento médio em Pernambuco, que se desvalorizou em 12,9% entre o primeiro trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2016. Enquanto, as desvalorizações do rendimento médio para o Brasil e Bahia foram de 4,6% e 7,4%, respectivamente, para o mesmo período em análise.

Conforme os dados dos Gráficos 2 e 3, verificou-se que o aumento das taxas de desocupação, explicitadas pelos números da PNAD, vêm sendo acompanhadas por queda no rendimento médio para Brasil, Bahia e Pernambuco.

Gráfico 3 – Evolução do rendimento médio real habitual da população ocupada no período do 1º trim/2012 a 2º trim/2016: Brasil, Bahia e Pernambuco



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do IBGE (2016). Nota: Rendimento médio habitual da população ocupada (R\$), em valores de maio de 2016.

4.4. Dados do Caged – MTE

Conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), base de dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), verificou-se que a perda de empregos formais, no primeiro semestre de 2016, alcançou 201.037 postos de trabalho (resultado do total dos 1.033.187 admitidos contra os 1.234.224 demitidos), o que corresponde a uma retração de 3,05% do contingente de trabalhadores formais no Nordeste.

Setorialmente, todas as atividades econômicas apresentaram cenário de deterioração do mercado de trabalho, com eliminação de postos de trabalho, com exceção da administração pública que encerrou o semestre com geração de 2.591 postos de empregos formais. Somente a indústria de transformação e o comércio foram responsáveis por 61,3% da perda de postos de empregos formais no Nordeste. Referido cenário é consequência do baixo nível da atividade econômica na região (Tabela 4).

A indústria de transformação foi a que mais perdeu profissionais com carteira assinada, com extinção de 71.753 postos de empregos formais no primeiro semestre de 2016. Os impactos negativos no mercado de trabalho do setor foram influenciados, em grande medida, pela redução na fabricação de bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens

de consumo semi e não duráveis. Conforme a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, para o índice acumulado nos últimos doze meses, a indústria do Nordeste recuou 3,6% em julho de 2016, assinalando a retração mais intensa desde janeiro de 2012 quando apresentou queda de 3,7%.

Já o setor do comércio finalizou o primeiro semestre de 2016 com eliminação de 51.440 postos de empregos formais, resultado que deriva, sobretudo, da fraca performance do comércio varejista e comércio varejista ampliado. Por discorrer de uma atividade econômica na qual suas vendas dependem das condições de crédito, o comportamento do setor pode ser influenciado negativamente devido à alta dos custos de financiamento, cuja taxa média de juros para o crédito às famílias alcançou 42% a.a. em julho de 2016. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, no acumulado entre janeiro e julho de 2016, as vendas do comércio varejista recuaram em todos os estados do Nordeste. Observou-se que Sergipe (-13,3%), Bahia (-13,1%) e Pernambuco (-11,1%) lideraram as variações negativas em comparação com o mesmo período do ano anterior. Para o comércio varejista ampliado, o quadro também foi de um perfil disseminado de resultados negativos alcançando todos os estados da região, com maiores variações negativas em Sergipe (-16,1%), Maranhão (-14,9%) e Pernambuco (-14,8%) para o mesmo período analisado.

Tabela 4 – Movimentação dos admitidos e desligados por atividade econômica – Nordeste

Setores	Janeiro a Junho de 2016		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Indústria de transformação	132.335	204.088	-71.753
Comércio	240.058	291.498	-51.440
Construção Civil	155.967	192.720	-36.753
Serviços	419.196	449.095	-29.899
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	70.251	77.961	-7.710
Serv. Industr. de Utilidade Pública	7.616	12.508	-4.892
Extrativa mineral	3.130	4.311	-1.181
Administração Pública	4.634	2.043	2.591
Nordeste	1.033.187	1.234.224	-201.037

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do CAGED/MTPS, 2016.

Para o recorte das unidades federativas do nordeste, verificou-se que todos os estados da região apresentaram saldo negativo de postos de trabalho com carteira assinada, ou seja, redução no estoque de emprego formal (Tabela 5).

Pernambuco, Alagoas, Bahia e Ceará, que em conjunto representam 68% do PIB da região (segundo as Contas Regionais do IBGE de 2013), vêm apresentando baixo desempenho econômico, auferindo um conjunto de indicadores negativos no mercado de trabalho para o primeiro semestre de 2016. Diante desse cenário, as quatro economias foram responsáveis por 71% dos desligamentos de empregados (ou seja, 876.679 demitidos) com carteira assinada na região, registrando no total 1.234.224 demissões no período analisado no primeiro semestre de 2016.

Pernambuco apresentou o maior recuo no saldo de empregos formais, com a perda de 52.717 postos de trabalho (-4%), em razão, principalmente, do baixo desempenho da indústria de transformação, dos setores comércio, serviços e agropecuário. Quanto à indústria pernambucana, que obteve a maior perda de empregos, a retração foi de 11,3% em doze meses, mantendo uma trajetória predominantemente descendente iniciada em julho de 2015 (-2%).

Alagoas surge em seguida com a perda de 32.496 empregos formais (-8,72%), devido principalmente aos resultados desfavoráveis da indústria de transformação, construção civil e do comércio (Tabela 6).

Para a Bahia, a redução dos postos de trabalho ficou em 27.594, variação negativa de 1,57%, decorrente principalmente do saldo negativo de emprego nos setores de serviços, comércio e construção civil. Apenas a agropecuária e a administração pública registraram expansão no estoque de emprego formal no período analisado (Tabela 6).

Devido ao fraco crescimento da economia, o Ceará apresentou variação negativa (-2,08%), com a eliminação de 24.948 postos de trabalho. O baixo desempenho dos setores como comércio, indústria de transformação e construção civil foi determinante para o resultado desfavorável do mercado de trabalho do Estado (Tabela 6). Para a taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, a indústria cearense assinalou variação negativa na taxa anualizada em 7,9%, apresentando perda de dinamismo, impactando negativamente o mercado de trabalho do setor.

Tabela 5 – Nordeste – Movimentação dos admitidos e desligados por Estado

Nível Geográfico	Janeiro a Junho de 2016			
	Admitidos	Desligados	Saldo	(%) ⁽¹⁾
Pernambuco	185.059	237.776	-52.717	-4
Alagoas	46.517	79.013	-32.496	-8,72
Bahia	296.917	324.511	-27.594	-1,57
Ceará	210.431	235.379	-24.948	-2,08
Rio Grande do Norte	68.974	84.798	-15.824	-3,57
Paraíba	60.131	73.934	-13.803	-3,34
Maranhão	74.419	87.694	-13.275	-2,77
Sergipe	42.300	54.577	-12.277	-4,03
Piauí	48.439	56.542	-8.103	-2,7
Nordeste	1.033.187	1.234.224	-201.037	-3,05
Brasil	7.819.710	8.351.475	-531.765	-1,34

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do Caged/MTPS, 2016.

Nota:(1) Variação % de jan-jun/2016 em relação à jan-jun/2015.

Tabela 6 – Movimentação dos admitidos e desligados – Estados selecionados

Setores	Saldo de empregos formais Jan. a Jun. de 2016			
	Pernambuco	Alagoas	Bahia	Ceará
Indústria de transformação	-24.197	-24.676	-1.747	-6.535
Comércio	-11.826	-2.672	-11.887	-9.996
Serviços	-10.457	133	-13.791	84
Agropec., extr vegetal, caça e pesca	-3.466	-2.602	7.942	-1.774
Construção Civil	-3.120	-2.707	-9.670	-4.991
Extrativa mineral	-84	-23	-611	-139
Administração Pública	-21	-7	2.427	-94
Serv Industr de Utilidade Pública	454	58	-257	-1.503
Total	-52.717	-32.496	-27.594	-24.948

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do Caged/MTPS, 2016.

Referências

BRASIL (2016). Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Evolução de emprego do Caged**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016). Contas nacionais trimestrais - Janeiro / Outubro 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201602caderno.pdf>. Acesso em: 03 out. 2016.

_____. (2016). **Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua 2016**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

5. SETOR EXTERNO

5.1. Comércio Exterior

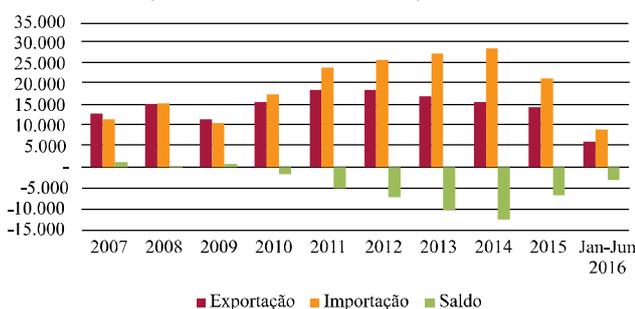
A balança comercial brasileira acumulou, no primeiro semestre de 2016, superávit de US\$ 23,6 bilhões, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). As exportações (US\$ 90,2 bilhões) recuaram 4,3% em relação às registradas em mesmo período de 2015. As importações (US\$ 66,6 bilhões) apresentaram queda ainda maior, de 27,7%, no período em comparação.

Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (15,4%), foi o principal produto da pauta de exportação seguido de minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (5,2%), óleos brutos de petróleo (4,5%) e outros açúcares de cana (3,5%). Comparativamente a igual período de 2015, soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (11,1%) e outros açúcares de cana (19,2%) registraram incremento na receita enquanto óleos brutos de petróleo (-36,9%) e minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (-5,2%) apresentaram desempenho negativo.

O recorte por região mostra que o Nordeste foi o único a apresentar déficit no saldo da balança comercial (- US\$ 3.114,6 milhões) no acumulado de janeiro a junho do corrente ano (Gráfico 1). As demais registraram superávit: Centro Oeste (US\$ 10.165,8 milhões), Sudeste (US\$ 6.109,7 milhões), Sul (US\$ 5.702,9 milhões) e Norte (US\$ 2.303,2 milhões)

O desempenho nordestino decorreu do decréscimo de 7,7% no valor exportado (US\$ 6.117,8 milhões) devido à queda de preços dos principais produtos vendidos e da redução de 26,4% das importações (US\$ 9.232,4 milhões) motivada pela retração do mercado doméstico, comparativamente aos primeiros seis meses de 2015. Vale ressaltar que a região participou com 6,8% do valor total das vendas e 13,9% do total das compras externas do Brasil.

Gráfico 1 – Nordeste: exportação, importação e saldo (em US\$ milhões FOB)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do MDIC (2016).

A desagregação das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 1) mostra que, no período de janeiro a junho de 2016, as vendas dos produtos básicos (23% do total) recuaram 15,7% em relação ao mesmo período de 2015. Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura, que participa com 9,8% da pauta nordestina registrou queda nas vendas de 31,8% e de 26,6% na quantidade embarcada.

As vendas externas de produtos semimanufaturados (32,8% do total) caíram 8,6%. Decresceram, principalmente, pasta química de madeira de não conífera (-12,3%), alumina calcinada (-22,9%) e outros açúcares de cana (-32,5%). Por sua vez, o produto catodos de cobre refinado e seus elementos registrou expressivo aumento de 57,7% no período em análise.

No grupo dos produtos manufaturados (43,3%) houve ligeira queda de 1,1% nas exportações. A diminuição de receita mais significativa foi em óleos combustíveis (-41,3%). Por outro lado, as vendas de automóveis de passageiros cresceram 14,3%, no período janeiro a junho de 2016 frente a janeiro a junho de 2015.

Tabela 1 – Nordeste – Exportação por fator agregado - US\$ milhões FOB

Discriminação	Jan - jun /2016		Jan - jun /2015		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	1.406	23,0	1.667	25,2	-15,7
Industrializados	4.660	76,2	4.878	73,6	-4,5
Semimanufaturados	2.008	32,8	2.197	33,2	-8,6
Manufaturados	2.651	43,3	2.681	40,5	-1,1
Op. especiais	52	0,9	82	1,2	-36,3
Total	6.118	100,0	6.626	100,0	-7,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do MDIC (2016).

Quanto aos países de destino das exportações nordestinas, China (19,6%), Estados Unidos (15%), Argentina (11,3%) e Holanda (7,2%) foram responsáveis por 53,2% do total exportado. Vale registrar que enquanto as exportações para a China e Holanda recuaram 15,3% e 0,8%, respectivamente, os Estados Unidos e a Argentina elevaram suas compras em 15,8% e 23,3% nesse período.

A decomposição das importações nordestinas por categoria de uso (Tabela 2) mostra que a queda foi devi-

da, principalmente, à redução de 23% nas aquisições de bens intermediários (naftas para petroquímica, -30%) e de 49,9% nas de Combustíveis e Lubrificantes (óleo diesel -67,6%, gás natural liquefeito -62% e outras gasolinas, exceto para aviação -48,5%).

Vale registrar que a categoria Bens de Capital foi a única a apresentar crescimento de 47,1%, no período em análise. Os investimentos realizados pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará, influenciaram no resultado.

Tabela 2 – Nordeste – Importação por categoria de uso - US\$ milhões FOB

Discriminação	Jan - jun /2016		Jan - jun /2015		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	2.630	28,5	1.788	14,3	47,1
Bens intermediários	3.248	35,2	4.216	33,6	-23,0
Bens de consumo	597	6,5	1.037	8,3	-42,4
Bens duráveis	280	3,0	559	4,5	-49,9
Bens não duráveis	317	3,4	478	3,8	-33,7
Combustíveis e lubrificantes	2.757	29,9	5.506	43,9	-49,9
Total	9.232	100,0	12.548	100,0	-26,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do MDIC (2016).

Os principais países de origem das importações nordestinas, no acumulado janeiro-junho/2016, foram: Estados Unidos (16,7%), Coreia do Sul (11,6%), China (10%) e Argentina (8,7%). Excetuando a Coreia do Sul (738,5%), fornecedora dos equipamentos da Companhia Siderúrgica do Pecém, os demais parceiros comerciais reduziram suas compras da região: Estados Unidos (-30,2%), China (-22,8%) e Argentina (16,2%), comparativamente a janeiro-junho/2015.

As exportações nordestinas estão fortemente concentradas nos estados da Bahia (55,9%), Maranhão (18,3%) Pernambuco (9,7%) e Ceará (7,7%). Vale ressaltar que somente Pernambuco (51,1%) e Sergipe (13,5%) apresentaram elevação dos valores exportados no período janeiro a junho de 2016 frente a mesmo período de 2015. Por seu turno, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia registraram saldo positivo na balança comercial estadual no acumulado do ano (Tabela 3).

Tabela 3 – Exportação, importação e saldo da balança comercial - US\$ mil FOB

Estados	E x p o r t a ç ã o			I m p o r t a ç ã o			S a l d o
	Valor	Part. (%)	Var % jan-jun 2016/2015	Valor	Part. (%)	Var % jan-jun 2016/2015	
Maranhão	1.119.066	18,3	-26,4	1.149.266	12,4	-56,2	-30.200
Piauí	106.266	1,7	-36,9	30.205	0,3	-60,0	76.061
Ceará	472.698	7,7	-1,6	2.175.250	23,6	33,1	-1.702.552
Rio Grande do Norte	113.843	1,9	-22,1	90.241	1,0	-3,5	23.602
Paraíba	57.347	0,9	-22,1	134.944	1,5	-50,7	-77.597
Pernambuco	562.050	9,2	51,1	2.220.029	24,0	-21,2	-1.657.979
Alagoas	231.936	3,8	-24,1	268.665	2,9	-9,6	-36.729
Sergipe	37.686	0,6	13,5	70.331	0,8	-40,1	-32.644
Bahia	3.416.917	55,9	-3,1	3.093.521	33,5	-32,9	323.395
NORDESTE	6.117.809	100,0	-7,7	9.232.453	100,0	-26,4	-3.114.643

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados do MDIC (2016).

Referência

BRASIL (2016). MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial**: Unidades da Federação. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercioexterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao>>. Acesso em 22 jul. 2016.

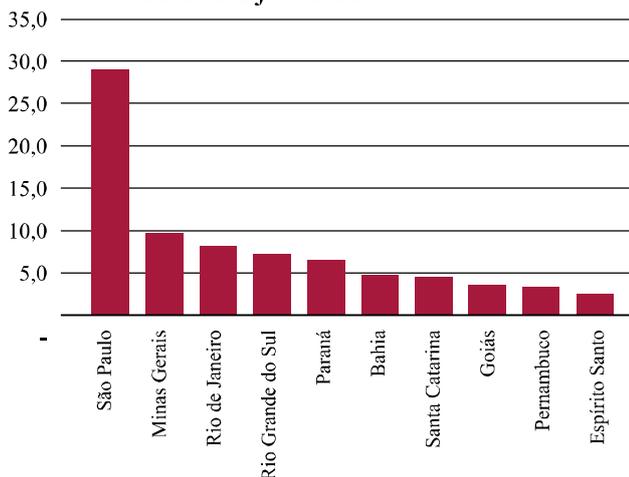
6. FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 Arrecadação de ICMS

O Nordeste tem uma participação média de 13,5% na riqueza gerada pelo país, de acordo com as contas regionais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados oficiais do Instituto mostram que o PIB nordestino correspondia a 13,5% do PIB brasileiro em 2010, e passou a representar 13,6% em 2013. A relação entre as arrecadações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Nordeste e Brasil tem se mostrado mais favorável para a região, 16,3% tanto ao final de 2015 quanto no término do primeiro semestre de 2016.

A arrecadação de ICMS tende a refletir a estrutura econômica do país. Assim é que em um total de dez unidades federativas concentram-se cerca de 80% da arrecadação desse imposto, dentre as quais figuram apenas dois estados da região, Bahia e Pernambuco, com 4,7% e 3,1% do total da arrecadação em 2016 (janeiro a junho), respectivamente. Enquanto o Nordeste detém cerca de 28% da população do Brasil, a arrecadação de ICMS da região representa 16,3% do total auferido no país. O Gráfico 1 apresenta as participações dos dez estados com maior arrecadação de janeiro a maio de 2016.

Gráfico 1 – Participação na arrecadação do ICMS – Janeiro a junho de 2016 - %



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados de BRASIL (2016a).

Especificamente no Nordeste, o ICMS cresceu 4,5% em termos nominais de janeiro a junho de 2016 quando comparado com o mesmo período de 2015¹⁷,

17 Última informação do site do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz (11 de agosto de 2016). Alguns dados foram coletados no site do Banco Central do Brasil, pois os dados do Confaz estavam incompletos.

representando, contudo, uma perda real de 4,7%¹⁸. No mesmo período, a arrecadação no país cresceu 4,7%, com uma perda real de 4,5%. Apenas um estado nordestino obteve crescimento real, o Maranhão (8,6%). As unidades federativas que apresentaram os menores níveis de crescimento foram Pernambuco e Sergipe, com incrementos nominais de 0,9% e 1,9%, respectivamente, no período em análise. As reduções em termos reais foram de 8% e 7%, respectivamente. Estes resultados estão detalhados na Tabela 1.

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS – Janeiro a junho – R\$ Milhões

Estados/ Região	2015	Part.%	2016	Part.%	Var.%	Var. Real %
Alagoas	1.584	0,8	1.723	0,8	8,8	-0,8
Bahia	9.270	4,7	9.574	4,7	3,3	-5,8
Ceará	4.747	2,4	5.011	2,4	5,6	-3,7
Maranhão	2.410	1,2	2.869	1,4	19,0	8,6
Paraíba	2.288	1,2	2.349	1,1	2,7	-6,4
Pernambuco	6.395	3,3	6.452	3,1	0,9	-8,0
Piauí	1.587	0,8	1.674	0,8	5,5	-3,8
Rio G. do Norte	2.257	1,2	2.307	1,1	2,2	-6,7
Sergipe	1.431	0,7	1.459	0,7	1,9	-7,0
Nordeste	31.969	16,3	33.418	16,3	4,5	-4,7
Brasil	195.753	100,0	204.948	100,0	4,7	-4,5

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com base nos dados de BRASIL (2016a).

A perda real da arrecadação do ICMS advém da desaceleração econômica do Brasil, que tem afetado o Nordeste. No entanto, os impactos da crise econômica não são uniformes nos diferentes segmentos da economia regional. A arrecadação nos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes representa aproximadamente 96% do total do ICMS regional. A arrecadação proveniente do setor terciário tem a maior participação no total do ICMS regional (43,3%). A arrecadação nesse segmento declinou em cinco estados do Nordeste, em termos nominais: Piauí (-3,7%); Ceará (-1,9%); Paraíba (-0,2%); Pernambuco (-0,9%); e Sergipe (-0,3%). Em contrapartida, o setor de energia, que tem uma participação relativa em torno

18 Utilizou-se o IPCA médio do período em análise.

dos 12% na arrecadação total do ICMS do Nordeste, cresceu, em termos reais 2,2%.

O aumento no ICMS no Maranhão deveu-se ao crescimento nos setores de energia e outras receitas, que aumentaram, em termos reais, 15,4% e 96,3%, respectivamente. Estes dois setores têm uma participação relativa de 17,2% na arrecadação desse Estado. Outros segmentos relevantes em termos de arrecadação não se expandiram na mesma proporção, mas contribuíram com acréscimos acima dos demais estados. O terciário, por exemplo, que tem uma participação relativa de 40,6% na arrecadação estadual do Maranhão, cresceu em termos reais 7,8%.

A situação de Pernambuco, que teve um pequeno crescimento nominal de 0,9%, deveu-se, principalmente, ao setor terciário, com redução nominal da arrecadação de -1,3%. Referido segmento tem uma participação relativa de 53,5% na arrecadação pernambucana. O setor secundário, com participação de 14,6% na arrecadação estadual, contribuiu para esse baixo crescimento, com uma evolução de apenas 3,4%.

O desempenho de Alagoas, que teve o segundo maior crescimento nominal, 8,8%, esteve relacionado com o incremento nos setores terciário (10,2%) e petróleo, combustíveis e lubrificantes (21,4%). Estes dois setores representam 56,6% da arrecadação do estado. Em contrapartida, os segmentos de energia e o secundário, que contribuem com 41,3% na arrecadação estadual, registraram desempenho de -0,5% e 6,6%, respectivamente.

O pequeno crescimento na arrecadação de Sergipe (1,9%) deveu-se, além da queda na arrecadação do

setor terciário (-0,3%), ao declínio na arrecadação do setor secundário (-10,3%), segmento que contribui com 19,7% na arrecadação estadual.

6.2 Transferências Constitucionais

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) caiu 1,4% no período janeiro-junho de 2016, com relação ao mesmo período de 2015, observando-se uma perda real de 10,1%, para o Nordeste. A perda média do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Nordeste foi de 1,5%, denotando uma perda real de 10,2%. Excluindo-se a capital de Sergipe, o FPM para as demais capitais do Nordeste apresentou uma perda média de 1,1%, e perda real de 9,8%. A variação ocorrida em Sergipe foi expressiva, registrando uma perda relevante em sua capital (-12,1%). A queda deveu-se a mudança em um dos indicadores do cálculo do FPM, a renda per capita, que cresceu 21,6% de 2015 para 2016, fazendo com que os repasses do FPM caíssem, dado que quanto maior a renda per capita menor o fator.

As previsões para o FPE e o FPM foram revisadas e estão com base na previsão dos impostos correspondentes, conforme Decreto 8.784, de 07/06/2016. O percentual de realização até junho de 2016, para o FPE é de 53,8% e para o FPM é de 49%. As projeções para o FPE e FPM da região, com relação à primeira revisão da programação financeira, decreto 8.676, de 09/02/16, caíram 7,4% e 7,9%, respectivamente.

Tabela 2 – Repasses dos Fundos Constitucionais – Janeiro a Junho – R\$ Milhões

Estados/Região	FPE		FPM		FPM - Capitais		Previsão 2016	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	FPE	FPM
Alagoas	1.400	1.380	838	826	186	184	2.566	1.686
Bahia	3.161	3.115	3.278	3.231	297	294	5.784	6.592
Ceará	2.468	2.433	1.746	1.722	297	294	4.517	3.513
Maranhão	2.429	2.393	1.461	1.440	186	184	4.447	2.939
Paraíba	1.611	1.588	1.137	1.121	149	147	2.949	2.288
Pernambuco	2.322	2.288	1.730	1.706	187	185	4.245	3.480
Piauí	1.454	1.433	933	920	186	184	2.663	1.878
Rio Grande do Norte	1.406	1.385	871	859	107	106	2.575	1.752
Sergipe	1.398	1.378	525	505	107	94	2.557	1.030
Nordeste	17.648	17.393	12.519	12.329	1.702	1.672	32.303	25.158
Brasil	33.644	33.161	35.209	34.703	3.521	3.470	61.625	70.813

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados de BRASIL (2016b).

Referências

BRASIL (2016a). MF. Ministério da Fazenda. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: 02 set. 2016.

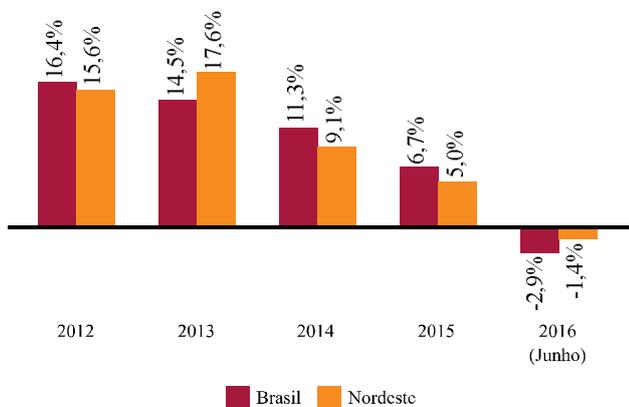
_____. (2016b). MF. Ministério da Fazenda. **Boletim do FPE e FPM e transferências voluntárias**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso em: 03 set. 2016.

7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Conforme dados divulgados pelo Banco Central (Bacen), o saldo das operações de crédito do Nordeste alcançou R\$ 399,4 bilhões ao final do primeiro semestre de 2016, representando recuo de 1,4% no acumulado do ano. No Brasil, decresceu 2,9% na mesma base de comparação.

O Gráfico 1 mostra a trajetória das taxas de crescimento do saldo de crédito no Brasil e Nordeste em períodos recentes.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do saldo de crédito – Brasil e Nordeste – 2012 a 2016 (junho)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Bacen (2006).

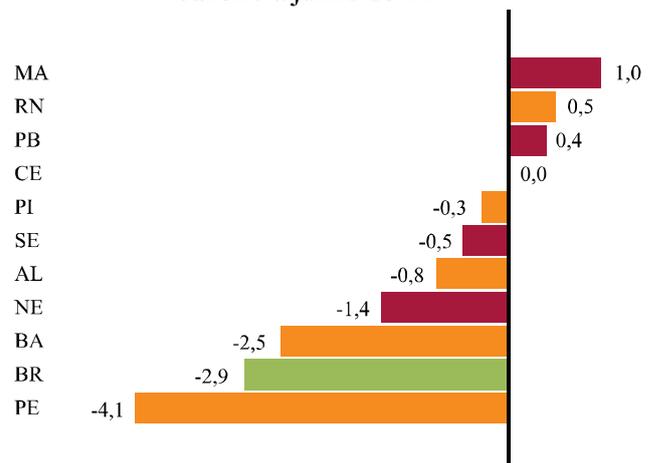
No acumulado do ano, três estados nordestinos apresentaram avanço no saldo das operações de crédito: Maranhão (1%), Rio Grande do Norte (0,5%) e Paraíba (0,4%). Os estados de Pernambuco e Bahia apresentaram os maiores recuos no montante de crédito de empréstimos e financiamentos, (-4,1%) e (-2,5%), respectivamente (Gráfico 2). Vale ressaltar que em termos de participação, três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentram cerca de dois terços do estoque de crédito da região, reproduzindo assim o peso que as referidas unidades federativas detêm na composição do PIB do Nordeste.

A retração no saldo de crédito no Nordeste é motivada essencialmente pelo comportamento das operações de crédito das pessoas jurídicas voltado para a

produção, em que se observa redução nominal de 5,7% no 1º semestre de 2016, enquanto que o crédito para pessoa física mostrou elevação de 1,9% na mesma base de comparação, demonstrando sinais de arrefecimento nos últimos períodos.

Em termos de participação, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representa mais da metade, 59,3% do total, cabendo à parcela de 40,7% às empresas, diferente da composição no Brasil, que registra leve preponderância do crédito destinado às empresas (51,1%), comparativamente às famílias (48,9%).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento do saldo de crédito – Estados do Nordeste, Nordeste e Brasil – Janeiro a junho de 2016



Fonte: BNB/Etene, com base nos dados do Bacen (2006).

Referência

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL (2016). **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL – 2015

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%) ¹	Brasil	Δ (%) ¹
Agricultura						
Estimativa produção grãos ²	2015/16	Mil t	12.978,2	-22,0	202.388,5	-2,5
Estimativa área plantada grãos ²	2015/16	Mil ha	7.556,0	-7,0	58.128,0	0,3
Estimativa produtividade grãos ²	2015/16	Kg/ha	1.718,0	-16,2	3.482,0	-2,9
Indústria						
Produção física industrial	Jan-Mar	Índice	96,0	-4,0	89,5	-10,5
Comércio						
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Mar	Índice	90,7	-9,3	93,0	-7,0
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Mar	Índice	87,2	-12,8	90,6	-9,4
Comércio Exterior (F.O.B)						
Exportações	Jan-Mai	US\$ milhões	5.098,1	-4,2	73.493,4	-1,6
Importações	Jan-Mai	US\$ milhões	6.535,0	-39,7	53.832,0	-30,1
Crédito						
Saldo das operações de crédito ³	abr/16	R\$ milhões	400.881,0	3,0	3.142.926,0	2,7
Saldo dos depósitos bancários ³	mar/16	R\$ milhões	9.194,3	-9,1	10.352,5	-9,1
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	mar/16	R\$ milhões	54.078,5	2,1	60.914,2	2,5
BNB - Contratações FNE	mar/16	R\$ milhões	653,1	-64,7	826,0	-60,4
BNB - Contratações do Pronaf	mar/16	R\$ milhões	523,6	15,5	583,8	14,2
BNB - Contratações do CrediAmigo	mar/16	R\$ milhões	1.736,8	2,6	1.828,2	3,0
BNDES + Finame (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Abr	R\$ milhões	3.409,2	-60,2	34.641,7	-59,7
Taxa inadimplência operações de crédito ⁴	abr/16	%	4,5 ⁵	3,7 ⁶	3,7 ⁵	3,0 ⁶
Finanças Públicas						
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Abr	R\$ milhões	19.626,6	-2,0	296.260,3	1,7
Arrecadação de ICMS	Jan-Mar	R\$ milhões	16.635,5	4,3	102.522,7	6,1
Emprego						
			Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015
Saldo do emprego formal na indústria extrativa mineral	Jan-Abr	Mil	-0,45	-0,85	-2,97	-5,59
Saldo do emprego formal na indústria de transformação	Jan-Abr	Mil	-69,12	-49,24	-85,89	-35,04
Saldo do emprego formal do SIUP	Jan-Abr	Mil	-3,39	1,76	-2,61	0,44
Saldo emprego formal na construção civil	Jan-Abr	Mil	-21,59	-39,26	-57,80	-76,1
Saldo emprego formal no comércio	Jan-Abr	Mil	-38,62	-21,24	-199,18	-131,2
Saldo emprego formal nos serviços	Jan-Abr	Mil	-15,07	12,28	-50,34	125,5
Saldo do emprego formal na Administração Pública	Jan-Abr	Mil	2,23	2,73	16,12	15,7
Saldo emprego formal agropecuário	Jan-Abr	Mil	-18,84	-14,28	4,18	9,0
Saldo total do emprego formal	Jan-Abr	Mil	-164,85	-108,09	-378,48	-97,4
Taxa média de desocupação em Recife ⁸	Jan-Mar	%	13,4	7,7	-	-
Taxa média de desocupação em Salvador ⁸	Jan-Mar	%	18,4	14,8	-	-
Taxa média de desocupação no Brasil ⁸	Jan-Mar	%	-	-	10,9	7,9

Fontes: Bacen, BNB, Conab, Confaz, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Notas:

¹ Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.

² Inclui os produtos: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª, e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

³ Saldo das operações de crédito no Nordeste, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Os saldos dos depósitos referem-se apenas aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica, no Nordeste e no Brasil.

⁴ Nova taxa de inadimplência exclui as operações de cartão de crédito – compras à vista – do total do crédito.

⁵ Em abril de 2016;

⁶ Em abril de 2015;

⁷ Não inclui receita previdenciária;

⁸ A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa.

Observações:

Por se tratar de trabalho de curto prazo, alguns indicadores apresentam valores provisórios, segundo as próprias fontes oficiais.

A produção industrial do Nordeste corresponde aos resultados de todos os estados da Região, e não apenas do CE, PE e BA.

As variações para o Nordeste, do comércio varejista e comércio varejista ampliado foram estimadas a partir da agregação do índice de volume de vendas de cada estado, ponderada pela participação da receita bruta de revenda de cada estado, na receita bruta da região, divulgada na Pesquisa Anual do Comércio de 2010, do IBGE.

O saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recursos. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data.

A taxa de inadimplência corresponde ao valor das operações bancárias vencidas há mais de 90 dias sobre o total dos empréstimos.

Contratações e desembolsos de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, em um determinado período de tempo.

O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos, podendo o mesmo assumir valores positivos ou negativos.

ANEXO B – VALORES ABSOLUTOS

Indicadores	Período/Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Agricultura						Mil t				
Estimativa produção grãos ²	2015/16	2.596,60	2.692,60	460,7	38,5	88,4	176,4	60,3	838,00	6.026,70
Estimativa área plantada grãos ²	2015/16	1.238,10	1.368,00	921,9	73,2	185,2	471,7	79,9	214,8	3.003,20
Estimativa produtividade grãos ²						Em Kg/ha				
Estimativa produtividade grãos ²	2015/16	2.097,00	1.968,00	500	526	477	374	755	3.901,00	2.007,00
Indústria						Em Número Índice				
Produção física industrial	Jan-Mar	-	-	93,3	-	-	77,9	-	-	102,4
Comércio						Em Número Índice				
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Mar	92,7	92,2	93,9	90,7	96,0	89,0	91,1	87,8	88,1
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Mar	83,0	90,9	88,4	89,7	91,4	84,0	88,2	83,7	88,0
Comércio Exterior (F.O.B)						Em US\$ milhões				
Exportações	Jan-Mai	915,5	77,2	394,4	97,2	46,1	417,1	204,3	29,1	2917,2
Importações	Jan-Mai	940,9	22,9	721,1	60,4	115,3	1731,6	229,5	62,3	2651,0
Crédito						Em R\$ milhões				
Saldo das operações de crédito ³	abr/16	38.041,0	18.855,0	64.581,0	30.750,0	26.904,0	72.853,0	19.976,0	18.252,0	110.668,0
Saldo dos depósitos bancários ³	mar/16	491,0	314,7	4.782,0	552,9	343,5	907,0	207,9	310,7	1.284,6
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	mar/16	6.248,7	4.613,3	11.107,2	3.793,7	3.074,4	8.268,4	2.587,8	2.585,7	11.799,2
BNB - Contratações FNE	mar/16	88,3	67,5	85,0	85,4	38,2	86,3	57,1	52,1	131,4
BNB - Contratações do Pronaf	mar/16	55,3	59,1	71,1	32,5	54,6	67,7	29,9	21,9	131,5
BNB - Contratações do CrediAmigo	mar/16	208,4	199,2	549,5	106,4	135,5	132,4	96,0	84,3	225,2
BNDES + Finame (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Abr	304,5	568,5	639,9	97,3	91,0	358,0	48,7	41,0	1.260,3
Finanças Públicas						Em R\$ milhões				
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Abr	1.563,5	654,6	3.832,0	1.069,8	1.096,1	4.877,1	694,5	702,6	5.136,5
Arrecadação de ICMS	Jan-Mar	1.428,1	859,5	2.599,8	915,1	1.170,4	3.177,6	902,7	721,6	4.860,7
Emprego						Em mil				
Saldo emprego formal - Total	Jan-Abr	-13,78	-7,44	-19,51	-12,66	-11,16	-45,71	-30,81	-9,96	-13,81

Fontes: Bacen, BNB, Conab, Confaz, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Observações: as notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

ANEXO C – VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)

Indicadores	Período/Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	Nordeste	Brasil
Agricultura												
Em %												
Estimativa produção grãos ²	2015/16	-37,2	-14,1	51,1	74,2	140,2	19,7	-10,3	15,1	-25,3	-22,0	-2,5
Estimativa área plantada grãos ²	2015/16	-28,4	-3,0	1,6	23,4	50,7	2,5			-4,3	-7,0	0,3
Estimativa produtividade grãos ²	2015/16	-12,3	-11,4	48,7	41,0	59,6	16,9	-10,3	15,1	-22,0	-16,2	-2,9
Indústria												
Em %												
Produção física industrial	Jan-Mar	-	-	-6,7	-	-	-22,1	-	-	2,4	-4,0	-10,5
Comércio												
Em %												
Comércio varejista - volume de vendas	Jan-Mar	-7,3	-7,8	-6,1	-9,3	-4	-11	-8,9	-12	-11,9	-9,3	-7,0
Comércio varejista ampliado - volume de vendas	Jan-Mar	-17	-9,1	-11,6	-10,3	-8,6	-16	-11,8	-16	-12	-12,8	-9,4
Comércio Exterior (F.O.B)												
Em %												
Exportações	Jan-Mai	-22,5	-22,8	-1,2	13,3	-27,9	39,0	-29,8	7,0	1,5	-4,2	-1,6
Importações	Jan-Mai	-59,1	-66,3	-51,1	-20,8	-52,0	-28,9	-9,6	-34,1	-32,1	-39,7	-30,1
Crédito												
Em %												
Saldo das operações de crédito ³	abr/16	6,0	8,4	8,2	7,1	5,6	0,9	0,6	5,0	-1,9	3,0	2,7
Saldo dos depósitos bancários ³	mar/16	18,8	-2,8	-16,7	2,6	-14,4	-5,4	15,4	8,7	1,2	-9,1	-9,1
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	mar/16	4,9	5,2	-1,1	1,0	3,9	0,0	-2,4	3,6	4,9	2,1	2,5
BNB - Contratações FNE	mar/16	-49,0	-35,8	-86,5	1,6	-61,3	-57,3	-55,7	-24,4	-71,3	-64,7	-60,4
BNB - Contratações do PRONAF	mar/16	7,3	27,9	7,2	10,6	29,6	16,0	2,2	3,1	20,9	15,5	14,2
BNB - Contratações do CrediAmigo	mar/16	-2,8	2,5	6,7	0,9	-5,0	2,7	1,0	-2,5	7,2	2,6	3,0
BNDES + Finame (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Abr	-45,0	60,0	-17,9	-83,9	-38,5	-81,5	-50,2	-56,9	-68,5	-60,2	-59,7
Taxa inadimplência operações de crédito ⁴	abr/16	4,8	4,1	4,1	3,9	4,3	4,8	5,5	4,8	4,6	4,5	3,7
Finanças Públicas												
Em %												
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Abr	-9,7	3,1	7,5	0,2	-6,0	-9,2	5,8	-5,0	0,7	-2,0	1,7
Arrecadação de ICMS	Jan-Mar	19,5	8,6	10,2	-20,7	1,8	-2,1	12,0	1,1	7,2	4,3	6,1
N. variações acima média Nordeste	...	6	8	9	12	8	8	7	9	9	6	8
N. variações abaixo média Nordeste	...	11	9	9	5	9	10	9	7	9	12	13

Fontes: Bacen, BNB, Conab, Confaz, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Observações: as notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.